Prestação de Contas 2018

Relatório de Gestão

Município de alvaiázere

Sorte em viver aqui.

INDÍCE

INDÍCE DE FIGURAS 2
MENSAGEM DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA 4
INTRODUÇÃO 5
1. ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DO MUNICÍPIO 6
1.1. Órgão Deliberativo 6
1.2. Órgão Executivo 6
2. CÂMARA MUNICIPAL - CARATERIZAÇÃO 7
2.1. Identificação 7
2.2. Legislação 7
2.3. Estrutura organizacional 8
2.4. Política da qualidade 8
2.5. Política orçamental 9
2.6. Responsabilidades contingentes 17
2.7. Recursos humanos 17
2.7.1. Estrutura administrativa 17
2.7.2. Despesas com o pessoal 20
2.7.3. Formação profissional 21
2.7.4. Qualidade, segurança, higiene e saúde no trabalho 22
2.8. Sistema contabilístico 23
3. REGRAS ORÇAMENTAIS E PRINCÍPIOS DO POCAL 23
3.1. Equilibrio Orçamental 24
3.2. Anualidade e Plurianualidade 27
3.3. Unidade e Universalidade 27
3.4. Não Consignação 29
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA 29
4.1. Receita Municipal 32
4.1.1. Receita Corrente 32
4.1.2. Receita de Capital 35
4.1.3. Outras Receitas 36
4.2. Despesa Municipal 36
4.2.1. Despesa Corrente 37
4.2.2. Despesa de Capital 39
4.3. Saldo de Gerência 40
5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 40
6. ASSEMBLEIA MUNICIPAL 41
7. ENQUADRAMENTO PATRIMONIAL E FINANCEIRO 42
7.1. Balanço 42
7.2. Demonstração de Resultados 43
8. ENDIVIDAMENTO AUTARQUICO 43
8.1. Dívidas de Terceiros 43
8.2. Dívidas a Terceiros de curto prazo 44
8.3. Dívidas a Terceiros de médio e longo prazo 46
8.4. Limite de Endividamento 47
9. INDICADORES DE GESTÃO 49
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 49
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA 50
12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO 54
12.1. Fundos disponíveis 54
12.2. Pagamentos em atraso 54
12.3. Declarações 55
13. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL 56
14. CONTABILIDADE ANALÍTICA 56
CONCLUSÃO 57
INDÍCE DE ANEXOS 59
TERMO DE ENCERRAMENTO 60

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 - Membros do Órgão Deliberativo 6
Figura 2 - Membros do Órgão Executivo 7
Figura 3 - Elementos de identificação 7
Figura 4 - Organigrama dos serviços municipais 8
Figura 5 - Vetores da política da qualidade 8
Figura 6 - Objetivos estratégicos da coesão social 9
Figura 7 - Atividades promovidas ou realizadas com o apoio do Município 10
Figura 8 - Refeições escolares 10
Figura 9 - Refeições escolares dos Infantes/Cadetes (BVA) 11
Figura 10 - Apoio financeiro concedido no âmbito dos subsídios e material escolar 11
Figura 11 - Isenções da tarifa fixa na fatura da água de bombeiros 12
Figura 12 - Isenções de taxas urbanísticas 12
Figura 13 - Programa ECOXXI 13
Figura 14 - Apoios concedidos às Freguesias 13
Figura 15 - Apoio concedidos 14
Figura 16 - Objetivos estratégicos da coesão territorial 15
Figura 17 - Objetivos estratégicos do crescimento sustentado 15
Figura 18 - Incentivos ao empreendedorismo 15
Figura 19 - Objetivos estratégicos na melhoria dos serviços públicos municipais 16
Figura 20 - Dados comparativos sobre o volume de água para consumo humano 16
Figura 21 - Gráfico representativo da evolução do volume de água para consumo humano (comprado *vs* perdido) 16
Figura 22 - Desempenho do sistema de recolha RSU 17
Figura 23 - Processos de contencioso 17
Figura 24 - Contagem dos colaboradores por cargo/carreira e segundo a modalidade de vinculação 17
Figura 25 - Evolução do número de colaboradores (em funções) 18
Figura 26 - Contagem de colaboradores por grupo profissional 19
Figura 27 - Contagem de colaboradores por habilitações literárias 20
Figura 28 - Contagem de colaboradores por grupos etários e sexo 20
Figura 29 - Encargos com o pessoal (agrupamento 01) 21
Figura 30 - Ações de formação externas ou equiparadas 22
Figura 31 - Encargos com formação (económica 020215) 22
Figura 32 - Contagem de acidentes de trabalho 22
Figura 33 - Encargos com medicina no trabalho (GOP 02 002 2017/5057 1) 23
Figura 34 - Equilíbrio orçamental 24
Figura 35 - Demonstração do equilíbrio orçamental 25
Figura 36 - Equilíbrio orçamental previsional *vs* executado 25
Figura 37 - Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo 26
Figura 38 - Entidades Participadas 28
Figura 39 - Evolução homóloga do orçamento (previsão *vs* execução) 30
Figura 40 - Gráfico representativo da execução orçamental 30
Figura 41 - Gráfico representativo da evolução da execução dos orçamentos (%) 31
Figura 42 - Gráfico representativo da evolução dos orçamentos (previsão *vs* execução) 31
Figura 43 - Execução orçamental da receita 32
Figura 44 - Execução homóloga da execução da receita corrente 33
Figura 45 - Gráfico representativo da evolução da receita dos impostos diretos (execução) 33
Figura 46 - Capítulo 05 (resumo) 34
Figura 47 - Excerto do mapa XIX - Transferências para os Municípios, da LOE/2018 34
Figura 48 - Execução de projetos cofinanciados - QREN 35
Figura 49 - Execução homóloga da execução da receita de capital 35
Figura 50 - Execução de projetos cofinanciados - Portugal 2020 35
Figura 51 - Execução homóloga da execução de outras receitas municipais 36
Figura 52 - Execução orçamental da despesa 36
Figura 53 - Execução homóloga da despesa corrente 37
Figura 54 - Gráfico representativo da evolução das despesas com o pessoal (previsão *vs* execução) 37

Figura 55 - Gráfico representativo da evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços (previsão *vs* execução) 38
Figura 56 - Encargos com empréstimos de M/L prazo (juros) 38
Figura 57 - Execução homóloga da despesa de capital 39
Figura 58 - Fluxos de caixa (resumo) 40
Figura 59 - Execução das Grandes Opções do Plano 40
Figura 60 - Execução Orçamental da Assembleia Municipal (orgânica 0101) 41
Figura 61 - Resumo do Balanço 42
Figura 62 - Resumo do Diário de Tesouraria 42
Figura 63 - Apuramento de resultados 43
Figura 64 - Dívidas de Terceiros 44
Figura 65 - Gráfico representativo da evolução das dívidas de Terceiros 44
Figura 66 - Dívidas a Terceiros de curto prazo 44
Figura 67 - Fundo de Apoio Municipal (prestações) 45
Figura 68 - Gráfico representativo da evolução das dívidas a Terceiros 46
Figura 69 - Dividas a Terceiros de médio e longo prazo 47
Figura 70 - Cálculo da margem de endividamento 48
Figura 71 - Rácios económicos e financeiros 49
Figura 72 - Gráfico representativo do número e tipo de procedimentos adoptados 50
Figura 73 - Gráfico representativo da evolução das requisições emitidas (Ajuste direto simplificado) 50
Figura 74 - Procedimentos adoptados 53
Figura 75 - Fundos disponíveis 54
Figura 76 - Pagamentos em atraso 55
Figura 77 - Prazo médio de pagamentos (em dias) 55

MENSAGEM DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA

É um traço comum à governação autárquica do país nos últimos anos, que as opções de investimento das autarquias são amplamente condicionadas pelas oportunidades consagradas nos mecanismos de apoio e de financiamento comunitário. Se isto é uma verdade transversal a todos os municípios, revela-se de forma reforçada nas autarquias mais pequenas e com poucas receitas próprias, como é o caso do Município de Alvaiázere.

O Portugal 2020 trouxe uma alteração de paradigma à gestão autárquica.

Por um lado, apresenta uma taxa de execução baixa, pouco acima dos 30%. Em concreto, o Município de Alvaiázere apresentou em 2018 um conjunto de candidaturas, que ainda não foi possível executar: ou porque aguardam aprovação, ou por constrangimentos burocráticos que condicionam o seu início. São disso exemplo candidaturas no âmbito do turismo, que vão permitir qualificar os ativos e pontos de maior interesse do concelho, a remodelação das piscinas descobertas (obra que já está adjudicada), bem como das piscinas cobertas (candidatura ainda em análise), ou a primeira fase da requalificação do centro da vila de Alvaiázere, que à data de hoje também se encontra ainda em apreciação.

Por outro, o quadro comunitário em vigor reduziu muito a possibilidade dos municípios fazerem "obra física", num volume semelhante ao de quadros comunitários anteriores. O desafio de hoje passa por inovar e por pensar em novas formas de intervir e de potenciar o desenvolvimento, em dimensões muito mais importantes e determinantes para a sustentabilidade do território do que a do "betão e do alcatrão".

E nesse capítulo, o Município de Alvaiázere está a mostrar que se adaptou muito bem aos desafios dos novos tempos, oferecendo um conjunto de instrumentos de fomento ao desenvolvimento social e económico do concelho.

Do ponto de vista social, o Município assumiu um custo muito considerável com benefícios sociais para a população, posicionando-o como um dos municípios mais amigos das famílias e que procura proporcionar melhores condições de vida para quem cá vive. São mais de cinquenta mil euros repartidos por diversos instrumentos de apoio à educação, que se traduzem em mais serviços e em rendimento indirecto para as famílias.

Outro aspeto que importa destacar, prende-se com o crescimento dos apoios concedidos no âmbito do programa Alvaiázere +. Entre isenções urbanísticas e apoios à actividade económica a jovens empreendedores, o Município, com um investimento de cerca de vinte mil euros, já apoia cerca de vinte postos de trabalho diretos.

Políticas sociais assertivas conjugadas com uma política económica capaz de atrair investimento, complementada com investimentos estratégicos para resolver questões infraestruturais que ainda se verificam, constituem o cerne da estratégia do actual executivo municipal, que, estou em crer, vai potenciar o desenvolvimento e o crescimento de Alvaiázere.

Para tal, conto com o inquestionável apoio dos serviços da autarquia, que constituem a força operacional da estratégia da Câmara Municipal, bem como de todos os eleitos do concelho, a quem, no essencial, reconheço que se movem pelos mesmos princípios de quem exerce directamente o poder: a vontade de construir um melhor futuro para Alvaiázere.

A Presidente da Câmara Municipal,

INTRODUÇÃO

O ato de prestação de contas pretende ser um retrato fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do resultado económico do Município. Ou seja, espelha o desempenho da gestão municipal, procedendo a uma avaliação à execução dos documentos previsionais, designadamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (através das Atividades Mais Relevantes e do Plano Plurianual de Investimentos).

Os documentos previsionais para o ano de 2018, traçavam os objetivos estratégicos da atividade do Município de Alvaiázere, procedendo-se através do presente relatório a uma análise criteriosa, rigorosa e imparcial da realidade financeira desenvolvida no decorrer do ano em análise.

Perante isto, o dever dos que estão investidos em funções públicas é demonstrar, perante as entidades competentes mas, principalmente, os munícipes, que os recursos públicos foram utilizados de forma legal, regular e de acordo com os princípios e normas de contabilidade aplicáveis e que, por sua vez, essa utilização corresponde a uma gestão económica, eficaz e eficiente.

Assim, no cumprimento dos normativos legais em vigor e em matéria de prestação de contas, são submetidos a aprovação pelo Órgão Executivo ao Órgão Deliberativo da Câmara Municipal, o relatório de gestão e demais documentos anexos, referentes à execução do ano 2018.

1. ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DO MUNICÍPIO

De acordo com o normativo legal que estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os órgãos representativos do Município compreendem a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, como Órgão Deliberativo e Órgão Executivo, respetivamente.

1.1. ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal, Órgão Deliberativo eleito, a quem compete apreciar e fiscalizar as ações do Órgão Executivo, é, para o quadriénio 2017/2021, constituído por 20 membros, dos quais 15 foram eleitos diretamente e 5 por inerência, a saber:

		Deputados Municipais
(por eleição direta)	Presidente	Álvaro Clemente Pinto Simões
	1.º Secretário	José Tiago Guerreiro
	2.º Secretário	Alzira Alves Ferreira da Silva
	Deputados	Acílio Dias Godinho
		Pedro Rafael Coelho Simões
		António Conceição Gonçalves
		António Simões Ribeiro
		Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa
		Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa
		Maria Fernanda dos Santos Balas
		Cristiana Rodrigues Alves dos Santos
		Carlos Manuel Rosa da Graça
		Fernanda Freire Simões Alves
		José Nunes Rosa
		António José de Oliveira Gonçalves
(por inerência)	Freguesia de Almoster	Paulo Sérgio Marques Reis Silva
	Freguesia de Alvaiázere	Vítor Manuel Barros Joaquim
	Freguesia de Maçãs de D. Maria	Eduardo Laranjeira Craveiro
	Freguesia de Pelmá	Vidal Gomes Duarte, substituído por Rui Alberto Marques Simões *1
	Freguesia de Pussos São Pedro	Maria Clara Correia Pacheco

*1 Por óbito do Presidente da Freguesia de Pelmá em dezembro de 2018, foi substituído na sessão da Assembleia Municipal de 28-01-2019, por Rui Alberto Marques Simões

Figura 1 - Membros do Órgão Deliberativo

1.2. ÓRGÃO EXECUTIVO

À Câmara Municipal, Órgão Executivo Colegial eleito, compete a definição das estratégias e das políticas municipais, respondendo perante o Órgão Deliberativo do Município e sendo constituído pelos seguintes elementos, para o quadriénio 2017/2021:

Executivo Municipal	
Presidente	Célia Margarida Gomes Marques
Vice-Presidente	Francisco Agostinho Maria Gomes
Vereador com Pelouros	Sílvia Rodrigues Lopes
Vereadores sem Pelouros	Carlos Dinis Simões Anabela Barros Simões

Figura 2 - Membros do Órgão Executivo

2. CÂMARA MUNICIPAL - CARATERIZAÇÃO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

Designação	Município de Alvaiázere
Endereço	Praça do Município 3250-100 Alvaiázere
Contacto telefónico	236 650 600
Contactos móveis	91 569 86 00 / 91 569 88 00
Número Azul	808 202 843
Fax	236 650 609
E-mail	geral@cm-alvaiazere.pt
Página Web	www.cm-alvaiazere.pt
Atividade	Autarquia Local
Caraterização jurídica	Pessoa Coletiva de Direito Público
NIPC	506605949
Regime Financeiro	POCAL - Regime Completo
CAE principal	84113
Número de habitantes	7.287 (Censos 2011)
Área territorial	160,48 km^2
Freguesias	Almoster, Alvaiázere, Maçãs de D. Maria, Pelmá e Pussos São Pedro
Região (NUTS II) e Sub-região (NUTS III)	Centro - Região de Leiria
Feriado Municipal	13 de junho
Geminações	Lobata (São Tomé e Príncipe) e Matola (Moçambique)
Marca	"Alvaiázere Capital do Chícharo"

Figura 3 - Elementos de identificação

2.2. LEGISLAÇÃO

A execução do orçamento municipal e das Grandes Opções do Plano de 2018 (GOP`s), aprovados pelo Órgão Executivo em reunião ordinária do dia 6 e pelo Órgão Deliberativo em sessão ocorrida no dia 18, ambas no mês de dezembro de 2017, respeitou todos os princípios orçamentais e regras previsionais legais, definidas nos normativos legais em vigor.

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica do Município de Alvaiázere[1], no cumprimento das normas legais, assenta em apenas duas unidades orgânicas: a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira (UOAF) e a Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo (UOOMU).

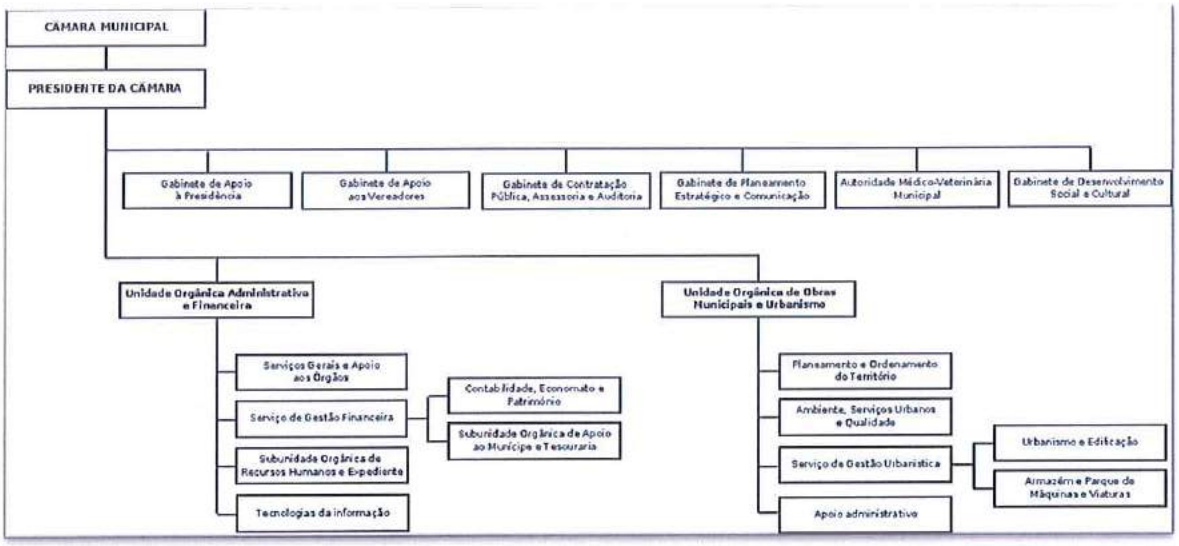


Figura 4 - Organigrama dos serviços municipais

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

No que concerne à política da qualidade, os vetores mais importantes são definidos como:

Missão	Assegurar uma gestão autárquica eficiente e sustentável dos recursos, com vista à satisfação das necessidades e expetativas presentes e futuras dos munícipes.
Visão	Afirmar-se no panorama nacional, tornando-se uma referência, pelo bom desempenho da gestão pública em todas as atividades desenvolvidas, tanto pela sua eficiência, como pela sua eficácia, na capacidade de dar resposta aos objetivos de desenvolvimento do concelho e às necessidades dos seus Munícipes. Pretende, assim, tornar-se num município apetecível tanto social como culturalmente, preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável.
Valores	Promover e partilhar com os seus colaboradores os princípios consagrados no Código do Procedimento Administrativo (CPA) e os valores a seguir descritos: ▪ Ética, respeito pela dignidade humana e responsabilidade social; ▪ Excelência/Qualidade dos serviços prestados; ▪ Transparência e Equidade; ▪ Responsabilização; ▪ Desenvolvimento do concelho; ▪ Fidelidade - consistência e regularidade dos serviços prestados; ▪ Capacidade de resposta; ▪ Competência; ▪ Melhoria contínua; ▪ Formação contínua; ▪ Eficácia, Eficiência e Economia.

Figura 5 - Vetores da política da qualidade

[1] Publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 109, através do Despacho n.º 5057/2017, de 06 de junho.

2.5. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A política orçamental continua a pautar-se pelos princípios de rigor e transparência na gestão e pela correta e racional aplicação dos dinheiros públicos. Relembramos que as prioridades para o ano de 2018, definidas nos documentos previsionais, designadamente, Orçamento e GOP`s, se traduziram, essencialmente, em quatro objetivos estratégicos de coesão, a saber:

	Coesão Social
Educação	Vasto conjunto de ofertas educativas e pedagógicas, designadamente, atividades físicas e desportivas no ensino pré-escolar, Semana da Educação, Feira do Livro, concurso de ideias e empreendedorismo, Alvaiázere Viva, Férias Escolares, Bebeteca, visionamento de filmes infantis;
	Gratuitidade no transporte escolar para todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º CEB, independentemente da distância entre as suas residências e os Centros Escolares que frequentam, assim como a concessão de apoios aos alunos dos restantes graus de ensino, de acordo com os escalões de Segurança Social que integram;
	Gratuitidade dos manuais escolares até ao 2.º CEB e das refeições escolares para as crianças do pré-Escolar e 1.º CEB;
	Submissão de candidaturas no âmbito do programa Portugal 2020, que visam: ▪ Manutenção da plataforma informática "Siga" – Projeto Educa@CIMRL & Cloud@CIMRL – que permite aos encarregados de educação consultar e acompanhar a situação dos seus educandos quanto às refeições fornecidas, ementas e atividades de animação e apoio à família (vulgo prolongamento de horário); ▪ Planos inovadores de combate ao insucesso escolar - que contempla até ao ano de 2020 a contratação de 2 profissionais, designadamente, um terapeuta da fala e um psicólogo, para dar apoio ao ensino pré-escolar e 1.º CEB;
Cultura	Festival Alvaiázere Capital do Chícharo, que se tem vindo a transformar num "motor" de desenvolvimento cultural, social e da própria economia local;
	Candidatura "Região de Leiria – Rede Cultural" (pelo programa Portugal 2020), que visa a diversificação e qualificação da oferta cultural e artística na e da Região de Leiria, dando ênfase ao que de melhor se produz no território no domínio da cultura, reforçando os fatores identitários, na perspetiva de aumentar a atratividade turística da região;
Política Social	Continuidade nos projetos Câmara Solidária, Banco de Ajudas Técnicas, SOS Solidão, Universidade Sénior, LASA - Loja de Apoio Social de Alvaiázere e a Semana da Idade Maior, que visam a promoção da melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social;
	Concessão de apoio e/ou benefícios através da adesão aos seguintes cartões: cartão jovem, cartão da idade maior e cartão social do Munícipe, dirigindo-se os dois últimos às famílias que se encontram numa situação económica desfavorecida, ou seja, aos estratos sociais mais vulneráveis;
	Concessão de apoio/benefícios aos bombeiros voluntários de Alvaiázere, concedendo isenções nas refeições escolares, na participação nos programas ocupacionais e equipamentos municipais, atribuição de bolsas de estudo, acesso à tarifa social dos serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos, e isenção ou redução do valor das taxas fixadas no Regulamento Municipal de Urbanismo e Edificação (RMUE);
	Projeto "MOVE" - sistema de transporte porta-a-porta disponível nos dias úteis, a preços reduzidos e de forma flexível, que facilita a mobilidade dos cidadãos e o respetivo acesso aos serviços públicos do concelho;
Saúde	Apoio à mobilidade e aos cuidados de saúde;
Associativismo	Apoio a coletividades concelhias, de acordo com as candidaturas apresentadas no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, reconhecendo a importância da sua vitalidade no sentido de oferecer respostas e experiências à comunidade. O Município tem apoiado financeiramente, mas também a nível técnico, logístico e material, as diversas coletividades, ajudando a criar condições para que estas prossigam com os seus objectivos.

Figura 6 - Objetivos estratégicos da coesão social

Figura 7 - Atividades promovidas ou realizadas com o apoio do Município

No que respeita às refeições escolares do 1.º CEB e pré-escolar e o prolongamento de horário, a sua gratuitidade iniciou-se com o ano letivo 2018/2019, ou seja, a partir do mês de setembro.

Ciclo de ensino	N.º de refeições	Escalão	Família Valor unitário	Total Família	Investimento (1,44€ c/ refeição)	Variação (receita-despesa)
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)*(3)	(5)=(1)*1,44€	(6)=(4)-(5)
1.º CEB	1 686	Escalão A	0,00 €	0,00 €	2 427,84 €	-2 427,84 €
	2 119	Escalão B	0,73 €	1 546,87 €	3 051,36 €	-1 504,49 €
	4 592	Sem escalão	1,46 €	6 704,32 €	6 612,48 €	91,84 €
Pré-Escolar	829	Escalão A	0,00 €	0,00 €	1 193,76 €	-1 193,76 €
	1 404	Escalão B	0,73 €	1 024,92 €	2 021,76 €	-996,84 €
	2 714	Sem escalão	1,46 €	3 962,44 €	3 908,16 €	54,28 €
Total	**13 344**			**13 238,55 €**	**19 215,36 €**	**-5 976,81 €**

Figura 8 - Refeições escolares

Neste âmbito, o Município deixou de arrecadar o montante de 13.238,55€, referente às refeições escolares. Verifica-se, assim, que o apoio às famílias se traduz na soma do montante por arrecadar acrescido do valor do custo unitário por refeição, ou seja, no valor de 32.453,91€.

Relativamente ao prolongamento de horário, não é possível o apuramento do valor suportado pelo Município por falta de informação, tendo em conta que este valor é calculado com base na declaração anual de IRS dos respetivos agregados familiares e os serviços de educação, após a tomada de deliberação de gratuitidade deste serviço, deixaram de pedir a documentação necessária para se proceder ao cálculo destes valores. Neste âmbito, é possível somente determinar o montante dos apoios dados aos infantes e cadetes na componente das refeições escolares, cujos valores estão espelhados na figura infra. Verifica-se que o Município suportou os custos com a alimentação num valor de 1.735,20€, acrescidos do valor que deixou de arrecadar no montante de 261,34€, o que perfaz 1.996,54€.

Ciclo de ensino	N.º de refeições	Família		Total Família	Investimento (1,44€ c/ refeição)	Variação (receita-despesa)
		Escalão	Valor unitário			
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)*(3)	(5)=(1)*1,44€	(6)=(4)-(5)
2/3 Ciclo e Secundário	-	n/a	n/a	n/a	687,53 €	-687,53 €
1.º CEB	989	Escalão A	0,00 €	0,00 €	1 424,16 €	-1 424,16 €
	12	Escalão B	0,73 €	8,76 €	17,28 €	-8,52 €
	62	Sem escalão	1,46 €	90,52 €	89,28 €	1,24 €
Pré-Escolar	0	Escalão A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	62	Escalão B	0,73 €	45,26 €	89,28 €	-44,02 €
	80	Sem escalão	1,46 €	116,80 €	115,20 €	1,60 €
Total	**1 205**			**261,34 €**	**1 735,20 €**	**-1 473,86 €**

Figura 9 - Refeições escolares dos Infantes/Cadetes (BVA)

Ainda no âmbito do apoio às famílias com crianças em idade escolar, a figura infra espelha o montante atribuído aos alunos dos diversos ciclos de ensino a título de subsídio escolar para apoio na aquisição de livros e de material escolar.

N.º de requerentes	Subsídios e material escolar
184 Alunos	13.639,93 €

Figura 10 - Apoio financeiro concedido no âmbito dos subsídios e material escolar

A figura infra espelha o valor do apoio que o Município concedeu aos bombeiros, no âmbito do Regulamento Municipal do Estatuto Social do Bombeiro Voluntário de Alvaiázere, a título de isenção da tarifa fixa dos serviços de água, saneamento e de RSU. Estes bombeiros beneficiam da tarifa social, que comporta, não só a isenção das já citadas tarifas fixas, mas também a extensão do valor a cobrar por metro cúbico do 1.º escalão (5 m^3) até ao 2.º escalão (15 m^3). Presentemente, a aplicação de faturação do Município não permite aferir o valor dos consumos inerentes ao 2.º escalão, tendo sido pedido à *software house* que providencie uma atualização do programa de forma a que possamos conhecer estes dados.

N.º de requerentes	Tarifa fixa	Isenções
	Água	1 029,60 €
33 Bombeiros	Saneamento	423,72 €
	RSU	241,56 €
	Total	**1 694,88 €**

Figura 11 - Isenções da tarifa fixa na fatura da água de bombeiros

Na figura infra consta o total de isenções concedidas pelo município no decurso do ano de 2018. Estes valores referem-se aos diversos regulamentos existentes, designadamente: Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE – que abrange isenções relativas a obras de construção de particulares, uma instituição particular de solidariedade social, uma edificação no âmbito da ARU da Vila de Alvaiázere e uma isenção de cariz social, bem como o Regulamento Municipal do Estatuto Social do Bombeiro Voluntário de Alvaiázere.

Processo SPO N.º	N.º Alvará	Regulamento Municipal	Enquadramento	Deliberação CMA	Valor da Dispensa/Isenção	Total por tipo de enquadramento
Obras: 59/2018	55/2018 de 21/11	RMUE	b) do n.º 1 conjugado com a a) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	07/11/2018	286,97 €	286,97 €
Obras: 42/2016	6/2018 de 22/02	RMUE	g) do n.º 1 conjugado com a c) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	07/06/2017	1 584,15 €	3 111,81 €
Obras: 50/2015	5/2018 de 29/01	RMUE	g) do n.º 1 conjugado com a c) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	25/01/2018	1 527,66 €	
Obras: 31/2017	13/2018 de 28/03	RMUE	e) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3 e com n.º 7, todos do artigo 86.º	26/03/2018	3 073,82 €	3 073,82 €
Obras: 34/2016	19/2018 de 20/04	RMUE	f) do n.º 1 conjugado com a c) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	24/10/2017	1 143,39 €	1 143,39 €
Utilização: 5/2018	11/2018 de 04/04	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	10,80 €	990,56 €
Obras: 9/2016	Prorrogação de 22/10 do Alv. Obras N.º 36/2016 de 22/10	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	50,00 €	
Obras: 12/2018	32/2018 de 13/07	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	114,24 €	
Obras: 26/2017	1/2018 de 03/01	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	321,02 €	
Obras: 48/2017	26/2018 de 08/06	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	294,33 €	
Obras: 49/2017	27/2018 de 25/06	RMUE	c) do n.º 1 conjugado com a b) do n.º 3, ambos do artigo 86.º	-	200,17 €	
26/2018	22/2018 de 14/05	RMUE	n.º 10 do artigo 86.º	-	84,00 €	84,00 €
22/2018	51/2018 de 09/11	RMESBVA	f) do n.º 2 do artigo 6.º	-	924,31 €	924,31 €
			Total			**9 614,86 €**

Figura 12 - Isenções de taxas urbanísticas

O Programa "Município ECOXXI", pretende avaliar a prestação dos municípios, reconhecendo aqueles que demonstram a implementação de boas práticas, políticas e ações em torno de alguns temas considerados chave, como: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo; Ordenamento do Território.

Alvaiázere conseguiu uma pontuação muito satisfatória sendo, pelo segundo ano consecutivo, galardoado com a bandeira verde "Município ECOXXI".

Figura 13 - Programa ECOXXI

Destacamos também o apoio, quer financeiro quer em espécie, concedido às diversas entidades, que totalizou o montante de 1.617.022,95€. Tal denota o empenho do Órgão Executivo em estimular e apoiar as instituições, permitindo a dinamização das suas actividades e servindo, também, de alavanca para a economia local.

Os valores atribuídos em espécie resultam do apuramento efetuado em sede de contabilidade analítica, proveniente dos lançamentos efetuados pelos serviços da UOOMU.

Entidade	Transferências		
	Em valor*[1]	Em espécie	TOTAL
Freguesia de Almoster	204 160,14 €	37 592,13 €	**241 752,27 €**
Freguesia de Alvaiázere	140 463,13 €	30 867,91 €	**171 331,04 €**
Freguesia de Maçãs de D. Maria	111 323,90 €	18 376,42 €	**129 700,32 €**
Freguesia de Pelmá	142 890,04 €	27 445,62 €	**170 335,66 €**
Freguesia de Pussos São Pedro	135 889,30 €	21 705,21 €	**157 594,51 €**
TOTAL	**734 726,51 €**	**135 987,29 €**	**870 713,80 €**

*[1] Na coluna "transferências em valor" estão contempladas as transferências orçamentais - correntes e de capital

Figura 14 - Apoios concedidos às Freguesias

Entidade	Transferências		
	Em valor*[1]	Em espécie	TOTAL
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere	166 346,88 €	9 653,03 €	**175 999,91 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*75 000,00 €*	*9 653,03 €*	
- Protocolo (Encargos com E.I.P. e gastos operacionais)	*91 346,88 €*		
Agrupamento de Escolas do Concelho de Alvaiázere	11 625,40 €	2 478,32 €	**14 103,72 €**
Santa Casa de Misericórdia	0,00 €	162 469,13 €	**162 469,13 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*0,00 €*	*18 256,49 €*	
- Doação de terreno (Lote 4 - Seiseira/Pesqueira)	*0,00 €*	*144 212,64 €*	
Associação Casa do Povo de Alvaiázere	50 000,00 €	4 459,83 €	**54 459,83 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*50 000,00 €*	*215,53 €*	
- Lar e Centro de Apoio (CAO)	*0,00 €*	*4 244,30 €*	
Associação Casa do Povo de Maçãs de D. Maria	53 000,00 €	42 935,49 €	**95 935,49 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*53 000,00 €*	*22 881,00 €*	
- Rancho Folclórico da Freguesia de Maçãs de D. Maria	*0,00 €*	*20 054,49 €*	
Associação de Apoio Social, Cultura, Desportiva e Recreativa de Maçãs de Caminho	2 000,00 €	6 170,91 €	**8 170,91 €**
Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal	15 000,00 €	9 058,71 €	**24 058,71 €**
ASCRA	450,00 €	805,10 €	**1 255,10 €**
Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	0,00 €	3 495,95 €	**3 495,95 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*0,00 €*	*265,16 €*	***265,16 €***
- Centro de Dia/Lar da Freguesia de Pussos	*0,00 €*	*3 230,79 €*	***3 230,79 €***
Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília	6 540,00 €	29 523,02 €	**36 063,02 €**
Alva Canto - Associação Cultural	3 000,00 €	3 012,19 €	**6 012,19 €**
Rancho Folclórico da Freguesia de Pussos	2 000,00 €	4 217,02 €	**6 217,02 €**
ACRA - Associação Cultural e Recreativa de Alvaiázere	200,00 €	0,00 €	**200,00 €**
Tunas e Cantares da Santa Casa de Misericórdia de Alvaiázere	0,00 €	3 806,00 €	**3 806,00 €**
Associação de Apoio Social, Cultural, Desportivo e Recreativo de S. Pedro	1 250,00 €	5 066,89 €	**6 316,89 €**
Al-Baiäz - Associação de Defesa do Património	450,00 €	0,00 €	**450,00 €**
Grupo Desportivo Alvaiázere	25 900,00 €	14 765,24 €	**40 665,24 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*7 900,00 €*	*14 765,24 €*	
- Protocolo (Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo)	*18 000,00 €*		
Red Eagles Sports (Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo)	20 000,00 €	0,00 €	**20 000,00 €**
Grupo Columbófilo de Alvaiázere	0,00 €	81,52 €	**81,52 €**
Clube de Caçadores	10 000,00 €	2 432,98 €	**12 432,98 €**
ACREDEM	21 000,00 €	912,59 €	**21 912,59 €**
Casa do Concelho de Alvaiázere	2 250,00 €	10 581,76 €	**12 831,76 €**
- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	*1 500,00 €*	*10 581,76 €*	
- Jornal "O Alvaiazerense"	*750,00 €*	*0,00 €*	
ADECA	13 000,00 €	25 104,81 €	**38 104,81 €**
So Aço - Alvaiázere Motor Clube	250,00 €	0,00 €	**250,00 €**
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alvaiázere	1 000,00 €	0,00 €	**1 000,00 €**
Associação de Pais e Encarregados de Educação da ETP Sicó	0,00 €*[2]	0,00 €	**0,00 €**
ACC - Confraria do Chícharo	0,00 €	379,57 €	**379,57 €**
TOTAL	**405 262,28 €**	**341 410,06 €**	**746 672,34 €**

*[1] Na coluna "transferências em valor" estão contempladas as transferências orçamentais - correntes e de capital

*[2] No âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, foram atribuídos 500 €, que por falta de entrega de documentação atempada, este pagamento só foi possível ser efetuado em 2019.

Figura 15 - Apoio concedidos

Coesão Territorial	
Desenvolvimento Urbano	Investimento em infraestruturas rodoviárias e edificado urbano, no âmbito dos projetos co-financiados pelo Portugal 2020: ▪ Plataforma Empresarial de Alvaiázere – com o objetivo de criar um espaço de dinamização de atividades económicas, através do acolhimento de iniciativas produtivas; ▪ Loja do Cidadão de Alvaiázere – disponibilização de variados serviços de diversas entidades num determinado local; ▪ ARU`s dos centros urbanos de Cabaços e Maçãs de D. Maria; ▪ Valorização urbanística do centro da Vila - com projetos integrados no plano de ação de regeneração urbana (PARU); ▪ Requalificação de alguns equipamentos municipais e espaços públicos por todas as freguesias.

Figura 16 - Objetivos estratégicos da coesão territorial

Crescimento Sustentado	
Competitividade e ordenamento do território	Dinamização e promoção dos parques empresariais existentes, existindo uma candidatura para a "Beneficiação e Alargamento da Zona Industrial de Tróia"; Valorização dos produtos endógenos através da continuidade da realização de feiras e certames de atividade económica; Rede de percursos pedestres de Alvaiázere, com 7 rotas; Projeto cofinanciado pelo Portugal 2020 para o Parque Ecológico Gramatinha Ariques, que consiste na conservação da espécie autóctone do carvalho cerquinho; Dinamização do Regulamento do Ecossistema Empresarial e Empreendedor de Alvaiázere "Alvaiázere +", que consubstancia os normativos relacionados com o funcionamento da Incubadora de Negócios do Concelho de Alvaiázere, com a instituição de apoios municipais ao investimento estratégico, entre os quais a cedência de lotes empresarias e de incentivos à criação de emprego e ao empreendedorismo.

Figura 17 - Objetivos estratégicos do crescimento sustentado

Seguidamente, destacamos os apoios concedidos aos empresários do Concelho, no âmbito do projeto "Alvaiázere +", que traduz a forte aposta do município no desenvolvimento económico do Concelho, na criação de emprego, na captação e fixação de pessoas.

Área de empreendimento	Data de aprovação (Reunião de CM)	Montante reembolsado (até 31-12-2018)	Montante ainda por receber (no prazo de 2 anos)
Comércio a retalho sem predominância alimentar	28/03/2018	1 618,62 €	381,38 €
Salão de cabeleireiro	28/03/2018	955,28 €	1 044,72 €
Manutenção e reparação de veículos auto	28/03/2018	1 060,00 €	940,00 €
Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria	10/05/2018	2 000,00 €	0,00 €
Confeção de refeições prontas a levar para casa	06/06/2018	2 000,00 €	0,00 €
Arquitetura	30/10/2018	0,00 €	2 000,00 €
Atividade de decoração, artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental	11/04/2018	0,00 €	2 000,00 €
Instalação de canalizações	06/06/2018	0,00 €	2 000,00 €
Produção de frutos tropicais e subtropicais	19/12/2018	0,00 €	2 000,00 €
TOTAL		7 633,90 €	10.366,10 €

Figura 18 - Incentivos ao empreendedorismo

É espetável o aumento destes apoios a conceder pelo Município, no ano de 2019, o que traduz o sucesso deste projeto e reflete o nascimento de novos empreendedores, com benefícios para a economia local.

Melhoria dos serviços públicos municipais
Políticas de modernização e simplificação administrativas – plataforma informática "MyNet";
Financiamento comunitário ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para "Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas AA e SAR no Município de Alvaiázere";
Início dos trâmites legais para criação de uma empresa intermunicipal de gestão integrada de serviços de abastecimento público de água, águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos;
Programa ECOXXI.

Figura 19 - Objetivos estratégicos na melhoria dos serviços públicos municipais

Relativamente à prestação de serviços, e no âmbito do abastecimento de água em baixa, as figuras infra representam a evolução em matéria de captação, distribuição e afetação de água de consumo humano:

Desempenho	2016	2017	2018
Volume extraído (m^3)	627 238	712 324	628 470
Volume faturado (m^3)	336 946	314 020	292 840
Auto consumos (m^3)	39 649	48 145	47 292
Volume perdido (m^3)	250 643	350 159	288 338
Contratos em vigor no fim do ano	5 121	5 141	5 156
N.º de roturas na rede de abastecimento	66	50	66

Figura 20 - Dados comparativos sobre o volume de água para consumo humano

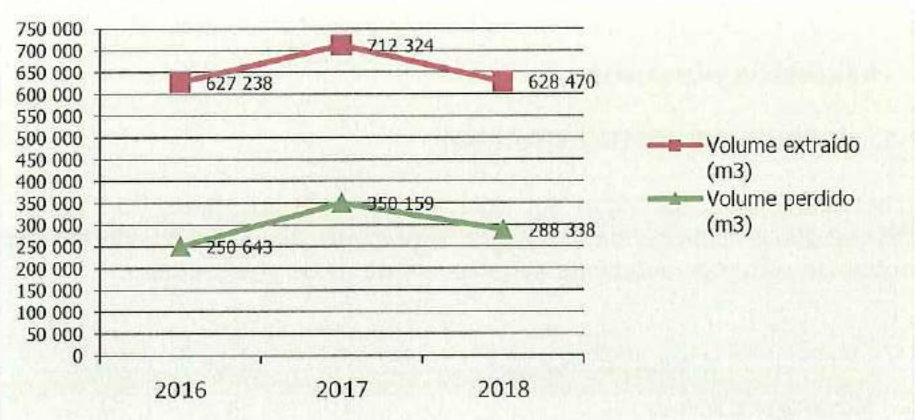


Figura 21 - Gráfico representativo da evolução do volume de água para consumo humano (comprado *vs* perdido)

Relativamente à componente de Resíduos Sólidos Urbanos, a figura infra espelha os dados quanto ao seu tratamento.

Desempenho	2016	2017	2018
Vidro (ton)	101,00	97,00	133,00
Papel/Cartão (ton)	40,00	34,00	51,30
Plástico/Metal (ton)	46,00	35,00	36,30
Monos (ton)	2,00	0,50	1,70
RSU (ton)	1 688,50	3 376,90	1 825,94

Figura 22 - Desempenho do sistema de recolha RSU

2.6. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

As autarquias locais estão sujeitas, na aprovação e execução dos seus orçamentos, ao princípio da estabilidade orçamental, o qual pressupõe a sua sustentabilidade financeira e uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas, de acordo com os preceitos legais instituídos pela RFALEI – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. Assim, em 31 de dezembro de 2018, o Município possuía o processo espelhado no quadro infra:

Tribunal	N.º Processo	Tipo de Ação	Partes
Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	450/10.4BELRA-A	Ação administrativa especial	Autor: Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza; Contrainteressado: SEALVE - Sociedade Eléctrica de Alvaiázere, S.A. Réu: Município de Alvaiázere e outros

Figura 23 - Processos de contencioso

Não estão constituídas provisões neste âmbito, por ser pouco provável a condenação do Município.

2.7. RECURSOS HUMANOS

2.7.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No cumprimento dos preceitos legais em vigor, e com base nos dados do Balanço Social de 2018, verifica-se que o Município de Alvaiázere possuía apenas 85 colaboradores, sendo que, 6 deles encontravam-se temporariamente ausentes à data de 31 de dezembro:

Mapa de Pessoal	2017	2018
Comissão de Serviço	4	4
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	82	75
Contratos por termo resolutivo certo	0	0
Outras situações	0	0
Total	**86**	**79**

Figura 24 - Contagem dos colaboradores por cargo/carreira e segundo a modalidade de vinculação

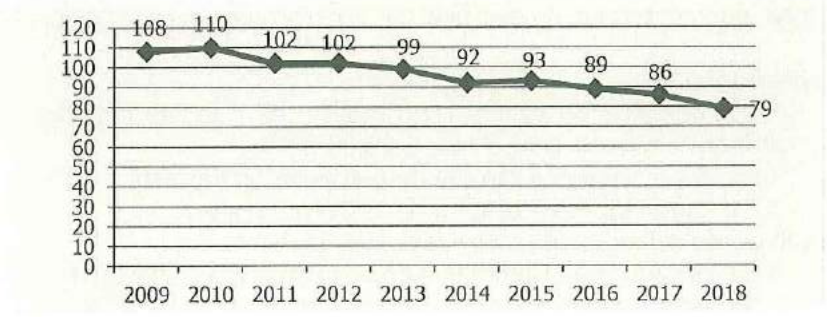


Figura 25 - Evolução do número de colaboradores (em funções)

Sucintamente, e pela análise às figuras supra, salienta-se que do cômputo de colaboradores do Município existiam:

- Dos 79 Colaboradores em exercício de funções, tínhamos:
  - Apenas 78 colaboradores eram detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado (CTFP tempo indeterminado);
    - ✓ 1 Colaboradora com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, nomeada em comissão de serviço no cargo de secretária do Gabinete de Apoio à Vereação (GAV);
    - ✓ 2 Colaboradores a exercer funções de chefes de divisão afetos a cada uma das unidades orgânicas existentes (UOAF e UOOMU);
    - ✓ 2 Colaboradores a exercer funções de coordenadores técnicos, um afeto à Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente (SORHE) e outro afeto à Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento (SOTA);
    - ✓ 3 Colaboradores a exercer funções de encarregados operacionais, um afeto ao serviço de águas e saneamento, outro afeto ao serviço armazém e parque de máquinas e viaturas e, por fim, um outro afeto ao serviço de higiene, limpeza e apoio;
  - 1 Colaborador em regime de nomeação, em comissão de serviço sem vínculo de emprego público, designadamente, um chefe de gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);
- Colaboradores ausentes, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado:
  - Por motivo de licença sem remuneração
    - ✓ 1 Colaborador na carreira de assistente operacional, de 01/01/2016 a 31/12/2018;
    - ✓ 1 Colaboradora na carreira de assistente técnica, de 21/09/2018 a 20/08/2019;
  - Por motivo de mobilidade interna noutros serviços
    - ✓ 1 Colaborador na carreira de assistente técnico, com efeitos a 01/06/2018;
    - ✓ 1 Colaboradora na carreira de assistente técnica, com efeitos a 01/08/2018;
  - Por motivo de doença
    - ✓ 1 Colaborador na carreira de assistente operacional, desde 14/12/2016;
    - ✓ 1 Colaboradora na carreira de assistente técnica, desde 03/06/2018.

Informa-se, ainda, que no decurso do exercício de 2018, ocorreram as seguintes situações:

- 6 Desvinculações:
  - 1 Por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas, na carreira de assistente técnico, com efeitos a 08/08/2018;
  - 4 Por aposentação na carreira de assistente operacional;
  - 1 Por aposentação na carreira de assistente técnica;
- 6 Consolidações definitivas da mobilidade intercarreiras,
  - 5 Na carreira de assistente técnico, com efeitos a 01/10/2018;
  - 1 Na carreira de técnico superior, com efeitos a 01/10/2018;
- No seguimento do procedimento concursal, em 02/07/2018, foram admitidos 5 colaboradores na carreira de assistente operacional, ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
- Na modalidade de prestação de serviços e sob a forma de contrato de avença, encontra-se a exercer funções independentes uma pessoa singular, designadamente, um auditor externo (Revisor Oficial de Contas);
- De acordo com o n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, que prevê a possibilidade de partilha de autoridade veterinária concelhia entre concelhos limítrofes, o Município de Ansião partilha o seu colaborador médico veterinário, da carreira de técnico superior, pertencente aos quadros de pessoal, com competências para intervir e decidir em matéria de prevenção e correção de saúde pública e de salubridade animal;
- Realizou-se um procedimento por mobilidade interna na carreira de assistente técnico, tendo sido admitido um trabalhador oriundo de outro serviço, que apenas integrou o nosso mapa de pessoal em 2019;
- Estão ainda em curso 4 procedimentos concursais para recrutamento nas seguintes carreiras:
  - 1 Técnico superior – Arquitetura;
  - 1 Técnico superior – Desporto;
  - 1 Técnico superior – Serviço Social;
  - 1 Assistente técnico – Tecnologias da Informação.
- Ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, procedeu-se à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório de 54 colaboradores, com efeitos a 01/01/2018.

Em seguida, é exibido um conjunto de tabelas nas quais se dá a perceber a estrutura dos recursos humanos.

Grupos Profissionais	2017	2018	Peso
Pessoal Dirigente	2	2	2,53%
Pessoal Técnico Superior	15	15	18,99%
Pessoal Assistente Técnico	18	13	16,46%
Pessoal Assistente Operacional	49	47	59,49%
Outras situações	2	2	2,53%
Total	**86**	**79**	**100,00%**

Figura 26 - Contagem de colaboradores por grupo profissional

Habilitações Literárias	2017	2018
4.º Ano de escolaridade	12	8
6.º Ano de escolaridade	8	7
9.º Ano de escolaridade	14	14
12.º Ano de escolaridade	31	26
Bacharelato / Licenciatura	19	21
Mestrado / Doutoramento	2	3
Total	**86**	**79**

Figura 27 - Contagem de colaboradores por habilitações literárias

Grupos Etários	Sexo		Total
	M	F	
< 20 anos	0	0	**0**
Entre 20 e 24 anos	0	0	**0**
Entre 25 e 29 anos	1	1	**2**
Entre 30 e 34 anos	5	4	**9**
Entre 35 e 39 anos	6	3	**9**
Entre 40 e 44 anos	9	11	**20**
Entre 45 e 49 anos	4	8	**12**
Entre 50 e 54 anos	5	5	**10**
Entre 55 e 59 anos	5	6	**11**
Entre 60 e 64 anos	4	1	**5**
Entre 65 e 69 anos	0	1	**1**
≥ 70 anos	0	0	**0**
Total	**39**	**40**	**79**
	49,37%	**50,63%**	**100,00%**

Figura 28 - Contagem de colaboradores por grupos etários e sexo

Relativamente à estrutura do pessoal e segundo o escalão etário, a média de idades dos colaboradores do Município de Alvaiázere, no fim do exercício de 2018, rondava os 46 anos.

Da análise destes dados, podemos concluir que se mantém e reveste carácter de urgência, a necessidade de proceder a novos recrutamentos para fazer face às constantes e crescentes exigências que se impõem diariamente à Administração Local.

2.7.2. DESPESAS COM O PESSOAL

O conceito de despesas com os recursos humanos engloba, designadamente:

- Remunerações certas e permanentes dos membros dos órgãos autárquicos e do pessoal abrangido pelo regime da função pública ou em qualquer outra situação;
- Encargos inerentes à Segurança Social (subsistema de saúde);
- Outras despesas, nomeadamente, trabalho extraordinário, ajudas de custo, alimentação, abonos diversos e seguros.

		2017	2018	Variação €	Variação %
		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)
0101	**Remunerações certas e permanentes**	**1 187 892,38 €**	**1 216 155,77 €**	**28 263,39 €**	**2,38%**
010101	Titulares Órgãos Soberania e memb. Órgãos A.	68 455,10 €	90 465,24 €	22 010,14 €	**32,15%**
010104	Pessoal dos Quadros - Regime de Func Pub.	779 796,41 €	724 597,70 €	-55 198,71 €	**-7,08%**
010105	Pessoal além dos quadros	9 646,41 €	8 965,03 €	-681,38 €	**-7,06%**
010106	Pessoal contratado a termo	-	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	8 856,00 €	9 594,00 €	738,00 €	**8,33%**
010108	Pessoal aguardando aposentação	2 141,74 €	1 629,93 €	-511,81 €	**-23,90%**
010109	Pessoal em qualquer outra situação	38 718,19 €	87 910,21 €	49 192,02 €	**127,05%**
010111	Representação	17 257,97 €	26 716,80 €	9 458,83 €	**54,81%**
010113	Subsídio de refeição	82 777,78 €	85 053,87 €	2 276,09 €	**2,75%**
010114	Subsídio de férias e de Natal	159 376,88 €	161 975,51 €	2 598,63 €	**1,63%**
010115	Remunerações por doença e maternidade/pat.	20 865,90 €	19 247,48 €	-1 618,42 €	**-7,76%**
0102	**Abonos variáveis ou eventuais**	**14 792,43 €**	**11 915,07 €**	**-2 877,36 €**	**-19,45%**
010202	Horas extraordinárias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010204	Ajudas de custo	128,64 €	199,13 €	70,49 €	**54,80%**
010205	Abono para falhas	2 941,69 €	2 682,02 €	-259,67 €	**-8,83%**
010211	Subsídio de turno	0,00 €	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010213	Outros suplementos e prémios	11 722,10 €	9 033,92 €	-2 688,18 €	**-22,93%**
0103	**Segurança Social**	**338 866,71 €**	**338 352,71 €**	**-514,00 €**	**-0,15%**
010301	Encargos com a saúde	67 697,82 €	53 454,80 €	-14 243,02 €	**-21,04%**
010302	Outros encargos com a saúde	0,00 €	20,45 €	20,45 €	**100,00%**
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	4 224,34 €	3 990,08 €	-234,26 €	**-5,55%**
010304	Outras prestações familiares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010305	Contribuições para a Segurança Social	247 504,89 €	261 170,97 €	13 666,08 €	**5,52%**
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	**0,00%**
010309	Seguros	19 439,66 €	19 716,41 €	276,75 €	**1,42%**
	Total	**1 541 551,52 €**	**1 566 423,55 €**	**24 872,03 €**	**1,61%**

Figura 29 - Encargos com o pessoal (agrupamento 01)

Da análise ao quadro supra, verifica-se uma ligeira subida dos encargos com o pessoal, comparativamente com a execução do ano de 2017. Esta subida registou-se, essencialmente, nas rúbricas relativas aos pagamentos por via da alteração obrigatória de posicionamento remuneratório de alguns colaboradores, no âmbito da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

2.7.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tendo em conta as necessidades de formação dos colaboradores, quer a nível individual quer de grupo de trabalho, foram várias as participações em ações formativas com o objetivo último de melhorar a performance profissional e o aperfeiçoamento.

N.º de formações	N.º de horas despendidas		N.º de formandos
27	982		59
	Comissão de Serviço	0	
	Pessoal Dirigente	201	
	Pessoal Técnico Superior	239	
	Pessoal Assistente Técnico	134	
	Pessoal Assistente Operacional	394	
	Outras situações	14	

Figura 30 - Ações de formação externas ou equiparadas

Orçamento corrigido	Valores Executados	Variação	Grau de execução orçamental (%)
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(2)/(1)
11 000,00 €	6 842,50 €	-4 157,50 €	62,20%

Figura 31 - Encargos com formação (económica 020215)

2.7.4. QUALIDADE, SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

À semelhança do sucedido nos anos transatos, o Município de Alvaiázere continua criterioso na aplicação de medidas de qualidade, segurança, higiene e saúde no serviço para a redução dos acidentes em trabalho e com o intuito do aumento da produtividade e competitividade dos serviços prestados. Neste sentido, mantém-se a aposta nos seguintes valores:

- Renovação/manutenção de contratos de prestação de serviços de saúde, higiene e segurança;
- Aquisição de máquinas, equipamentos e vestuário de proteção individual;
- Ações de sensibilização e prevenção junto dos colaboradores;
- Avaliação de riscos das atividades com aplicação de medidas preventivas;
- Acompanhamento, coordenação, segurança e fiscalização em obra.

Acidentes de trabalho	2017	2018
N.º total de acidentes de trabalho	5	1
N.º de acidentes com baixa médica	4	1
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	0	47
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	41	0

Figura 32 - Contagem de acidentes de trabalho

Orçamento corrigido	Valores Executados	Variação	Grau de execução (%)
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(2)/(1)
2 600,00 €	1 256,43 €	-1 343,57 €	48,32%

Figura 33 - Encargos com medicina no trabalho (GOP 02 002 2017/5057 1)

2.8. SISTEMA CONTABILÍSTICO

O regime contabilístico afeto às autarquias locais visa a uniformização, normalização e simplificação de registos, de modo a constituir um instrumento essencial de gestão económico-financeira e a permitir o conhecimento completo do valor do património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

No âmbito do processo para encerramento das contas ou operações de fim de exercício, deve-se proceder a alguns lançamentos e registos, a saber:

- Ao nível das contas de controlo orçamental - Classe 0
  - Lançamentos de regularização;
  - Lançamentos de encerramento de contas;
  - Elaboração dos documentos orçamentais de prestação de contas;
- Ao nível das contas da contabilidade patrimonial - Classe 1 a 7
  - Lançamentos de regularização;
  - Lançamentos de apuramento de resultados;
  - Elaboração das peças contabilísticas - Balanço e Demonstração de Resultados.

3. REGRAS ORÇAMENTAIS E PRINCÍPIOS DO POCAL

Assim como na construção dos documentos previsionais, na execução do Orçamento e GOP`s são respeitados os princípios orçamentais e regras previsionais definidos no diploma POCAL, para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município, a saber:

- Princípio da Independência;
- Princípio da Anualidade;
- Princípio da Unidade;
- Princípio da Universalidade;
- Princípio do Equilíbrio;
- Princípio da Especificação;
- Princípio da Não Consignação;
- Princípio da Não Compensação.

Relembre-se ainda que, de acordo com os preceitos legais da RFALEI, diploma aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foram impostas novas condicionantes à elaboração, aprovação e execução dos documentos previsionais dos Municípios que vêm substituir e complementar alguns dos princípios orçamentais previstos no diploma POCAL.

3.1. EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

O cumprimento desta norma, deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração dos documentos previsionais (orçamento e GOP`s), nas respetivas modificações orçamentais (alterações e revisões) e no decurso da sua execução.

Descrição		Valores	Conclusão
Receita cobrada líquida (1)		10 494 884,05 €	
Despesa paga (2)		8 333 890,52 €	
Saldo (3)=(1)-(2)		**2 160 993,53 €**	Cumpre (pelo ponto 3 do POCAL)
Receitas correntes cobradas brutas (4)		7 071 365,90 €	
Despesas correntes pagas (5)		4 355 026,53 €	
Saldo Corrente (6)=(4)-(5)		**2 716 339,37 €**	
Amortizações médias de EMLP (7)		188 383,78 €	
Diferença (8)=(6)-(7)		**2 527 955,59 €**	Cumpre (pelo n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI)
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (n.º 3 art.º 40.º RFALEI)	353 568,30 €	
	Conclusão	Não aplicável, uma vez que o desvio (valor da linha 6) é positivo	

Figura 34 - Equilíbrio orçamental

Pela análise ao quadro supra, evidencia-se o pleno cumprimento das regras e princípios legais em vigor pelo Município de Alvaiázere, na execução dos seus ensejos explanados nos documentos previsionais para 2018. Podemos concluir ainda que se registou uma poupança corrente no montante de 2.527.955,59€. De acordo com os normativos legais, esquematicamente temos:

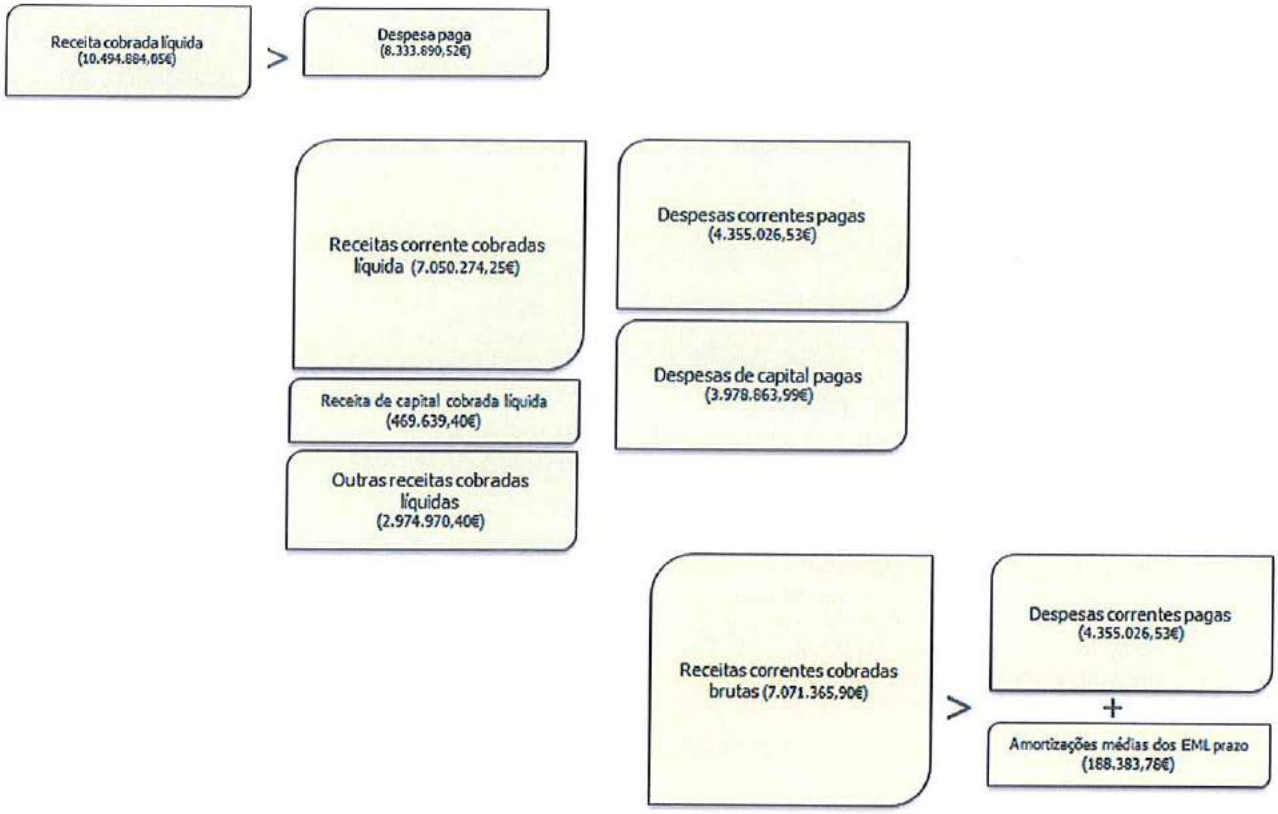


Figura 35 - Demonstração do equilíbrio orçamental

Descrição		Orçamento Corrigido	Execução	Variação
Receita cobrada líquida (1)		11 870 759,98 €	10 494 884,05 €	
Despesa paga (2)		11 870 759,98 €	8 333 890,52 €	
Saldo (3)=(1)-(2)		**0,00 €**	**2 160 993,53 €**	
Receitas correntes cobradas brutas (4)		7 144 773,00 €	7 071 365,90 €	
Despesas correntes pagas (5)		5 477 225,00 €	4 355 026,53 €	
Saldo Corrente (6)=(4)-(5)		**1 667 548,00 €**	**2 716 339,37 €**	**62,89%**
Amortizações médias de EMLP (7)		357 545,69 €	188 383,78 €	
Diferença (8)=(6)-(7)		**1 310 002,31 €**	**2 527 955,59 €**	**92,97%**
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (n.º 3 art.º 40.º RFALEI)	357 238,65 €	353 568,30 €	

Figura 36 - Equilíbrio orçamental previsional *vs* executado

Face ao presente enquadramento legal, no quadro infra, é possível analisar e verificar o cálculo do valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Tal como decorre da lei, este quadro teve em linha de conta o capital em dívida dos empréstimos existentes a 31 de dezembro de 2013, a data do seu términus e a sua vida útil remanescente.

	Empréstimos de M/L prazo, à data de 31-12-2013	Capital em dívida (em 31-12-2013) (1)	Términus do contrato (data) (2)	Vida útil remanescente (n.º de anos) (3)	Amortizações Médias (em 2018) (4)=(1)/(3)
Caixa Geral de Depósitos	0078/000592/891 Construção do Bairro Social	251 509,20 €	12/06/2024	11	22 864,47 €
	0078/000596/091 Requalificação da ETAR de Alvaiázere	1 373,81 €	23/12/2014	1	Términus de contrato
	0078/000604/591 2.ª Fase da CM 1118 de Covões a Ponte Nova	3 142,04 €	23/12/2014	1	Términus de contrato
	0078/000605/391 Aquisição de Terrenos	103 916,23 €	13/02/2016	3	Términus de contrato
	9015/003749/991 Construção do Estádio Municipal	47 626,23 €	18/08/2018	5	Términus de contrato
	9015/004929/291 Aquisição de Terrenos para Requalificação Urbana	95 694,43 €	12/07/2026	13	7 361,11 €
	9015/ 005137/ 891 Aquisição de Terrenos para Requalificação Urbana	572 470,76 €	29/11/2026	13	44 036,21 €
	9015/006440/291 Req. Martins Rangel	877 746,61 €	18/05/2029	16	54 859,16 €
Novo Banco	770020034 Remodelação e Ampliação do Estádio Municipal	88 593,70 €	09/12/2019	6	Términus de contrato por amortização antecipada do capital em divida
	770020033 Aquisição Edifício	90 000,00 €	23/12/2019	6	
	15842 Aquisição de Terreno	34 615,38 €	09/12/2019	6	
Crédito Agrícola	Obras de Saneamento	823 647,90 €	16/12/2029	16	51 477,99 €
IHRU	8 Fogos em Alvaiázere	163 481,42 €	30/09/2034	21	7 784,83 €
DGTF	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	1 613 323,63 €	15/11/2026	13	Términus de contrato por amortização antecipada do capital em divida
	TOTAL	**4 767 141,34 €**			**188 383,78 €**

Figura 37 - Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo

Como resultado da estratégia delineada pelo Executivo da Câmara, no exercício de 2018, procedeu-se à amortização antecipada dos três empréstimos bancários que estavam contratualizados com a instituição bancária Novo Banco, S.A., bem como ao pagamento antecipado dos cerca de 1.117.000,00€ do contrato PAEL. Estas despesas representam um valor total de 1.200.943,75 €, sendo que 1.187.986,03€ correspondem à amortização de capital e 12.957,72€ a juros.

Com a antecipação do pagamento destes empréstimos, foi possível ao Município libertar-se das condições restritivas impostas pelo PAEL, mantendo, no entanto, o seu foco de atuação na racionalização da despesa e no alcance e manutenção da sustentabilidade financeira.

3.2. ANUALIDADE E PLURIANUALIDADE

A norma da anualidade e plurianualidade, definida no RFALEI, refere que, para além dos orçamentos das autarquias locais serem elaborados numa base anual, em que o ano económico coincide com o ano civil, estes têm a obrigatoriedade de se enquadrar num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO), elaborado para uma base de quatro anos/exercícios.

De acordo com o artigo 47.º da supra citada lei, a elaboração do QPPO carece ainda de regulamentação. Perante esta omissão legislativa, o preceituado nos artigos 41.º e 44.º é inaplicável por falta de regulamentação, de acordo com o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) divulgado pela circular n.º 108/2014/AG, datada de 01-10-2014 e reafirmado o seu conteúdo pelas circulares n.º 86/2015-PB e 82/2016/AG, de 25-09-2015 e 14-10-2016, respetivamente.

De ressalvar, no entanto, que o Município, no inicio de cada ano, dá sempre conhecimento à Assembleia dos compromissos plurianuais que possui.

3.3. UNIDADE E UNIVERSALIDADE

A norma da unidade e universalidade define a obrigatoriedade do orçamento municipal e da prestação de contas dos municípios incluírem as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira.

Por outro lado, em anexo devem ser apensos os orçamentos e contas de gerência dos órgãos e serviços com autonomia financeira e das entidades participadas em que se verifique o controlo, o que não se aplica ao Município de Alvaiázere, de acordo com a análise ao quadro infra.

Identificação da entidade		Caraterização da entidade			Participação		Presunção de controlo conforme o artigo 75.º da RFALEI		Contribui para a dívida bruta?	Controlo?
Designação	NIPC	Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	% capital social detido	Valor	Classificação	Objeto de consolidação?		
Societárias										
Sicó Formação, S.A.	504600109	Soc. Anon.	85591	50 000,00 €	12,74%	6 370,00 €	N.os 4 a 6 do art.º 75.º	Não	*1	NÃO
WRC Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	506053628	Soc. Anon.	63990	1 375 750,00 €	0,18%	2 500,00 €	N.º 6 do art.º 75.º	Sim	*1	NÃO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Soc. Anon.	38212	8 500 000,00 €	0,42%	35 575,00 €	Alínea c) do n.º 4 do art.º 75.º	Não	NÃO	NÃO
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Soc. Anon.	36001	167 807 560,00 €	0,17%	280 370,00 €	Alínea c) do n.º 4 do art.º 75.º	Não	NÃO	NÃO
Não Societárias										
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	Comunidade Intermunicipal	94995		10,00%	Quota = 5.000,00 €	Entidade Consolidante	Não	SIM	NÃO
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	94110		0,28%	*2 Quota = 4.306,70 €	N.os 4 a 6 do art.º 75.º	Não	SIM	NÃO
Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento	503497720	Assoc. de Direito Privado sem fins lucrativos	94995		13,70%	Quota = 6.000,00 €	N.os 4 a 6 do art.º 75.º	Não	SIM	NÃO
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	507925270	Assoc. de Direito Privado sem fins lucrativos	91333		*3	Quota = 7.680,00 €	N.os 4 a 6 do art.º 75.º	Não	SIM	NÃO
Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	505074737	Assoc. de Direito Privado sem fins lucrativos	91333		5,44%	Quota = 997,60 €	N.os 4 a 6 do art.º 75.º	Não	SIM	NÃO

*1 A entidade só contribui para a dívida bruta do Município se estiver em situação de desequilíbrio

*2 Valor comunicado pela própria entidade, através da circular com a referência CIR_64/2017/AR, datada de 27-09-2017

*3 Ausência de informação

Figura 38 - Entidades Participadas

No quadro de participações registadas, a obrigatoriedade de consolidação de contas, no exercício de 2018, coloca-se apenas relativamente à participada WRC – Agência de Desenvolvimento, S.A., por ser uma empresa local e a consolidação se impor independentemente da percentagem de participação ou detenção, nos termos do n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI. Os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2018 serão submetidos à sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho de 2019, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da supra citada lei.

A empresa participada WRC - Agência de Desenvolvimento, S.A., encontra-se em processo de dissolução, pelo que o Município já possui uma provisão constituída, estando esta matéria devidamente identificada e explicitada nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Esta regra orçamental da unidade e universalidade define, também, que o orçamento das autarquias locais apresente o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante no ano em que os compromissos são assumidos. No caso concreto do Município, a esmagadora maioria destes valores estão contemplados nas GOP`s.

Neste âmbito, enquadram-se, também, as despesas de natureza certa e permanente, que estão dependentes dos consumos e que, de acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com as normas de execução

do orçamento do Município de Alvaiázere (NEO), o Presidente da Câmara é a entidade com competência para a assunção destes compromissos e para a autorização destas despesas, das quais são exemplo:

- Vencimentos;
- Comunicações móveis, fixas e internet;
- Comissões multibanco;
- Portes de correio;
- Portagens e pórticos;
- Consumo de água, saneamento básico, resíduos sólidos urbanos e energia elétrica;
- Gás e gasóleo de aquecimento;
- Seguros;
- Serviços de saúde (reembolsos e quotizações);
- Publicações de avisos;
- Aquisição/renovação de domínios e alojamento Web;
- Encargos de cobrança de receita;
- Contratos de manutenção;
- Taxas impostas por lei.

Nos termos da atual redação da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, apensas ao presente relatório e que dele fazem parte integrante, apresentam-se as declarações emitidas nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 15.º, como explicitado no ponto 12.3. Declarações.

3.4. NÃO CONSIGNAÇÃO

A norma da não consignação, define que não se pode afetar o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas. Este princípio não se aplica às receitas provenientes de:

- Fundos Comunitários;
- Fundo Social Municipal;
- Cooperação técnica e financeira;
- Empréstimos a médio e longo prazo para aplicação em investimentos ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira;
- Receitas provenientes dos preços cobrados nas situações referidas no n.º 8 do artigo 21.º do RFALEI.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

Numa ótica orçamental, os documentos previsionais de 2018 (Orçamento e GOP`s), aprovados em reunião de CM de 06-12-2017 e pela Assembleia Municipal em sessão de 18-12-2017, inscreviam uma previsão inicial de 10.658.335,00 €.

Dessa previsão inicial, no decurso do ano e de acordo com os preceitos legais definidos no ponto 8.3.1 do diploma POCAL, procedeu-se a um conjunto de modificações ao orçamento que se traduziram em 22 alterações e 4 revisões orçamentais, culminando o valor global do orçamento da receita e da despesa em 11.870.759,98 €, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 11,38 %, face ao inicialmente previsto.

Do orçamento municipal, que expõe económica e financeiramente as receitas e despesas que se preveem arrecadar e realizar num período anual espelhando, assim, a atividade desenvolvida pelo Órgão Executivo, pretende-se averiguar e examinar a execução dos compromissos assumidos ao nível dos fornecedores, parceiros, associações, munícipes e demais interessados.

No ano em análise e em termos comparativos observa-se um conjunto de mapas e gráficos representativos da evolução da previsão do orçamento e sua execução.

	Rubricas	Anos 2017	2018	2019
Orçamento Municipal	Receita	9 918 831,00 €	10 658 335,00 €	9 565 828,00 €
	Despesa	9 918 931,00 €	10 658 335,00 €	9 565 828,00 €
Orçamento Corrigido	Receita	9 539 949,71 €	11 870 759,98 €	
	Despesa	9 539 949,71 €	11 870 759,98 €	
Executado	Receita	9 455 790,71 €	10 494 884,05 €	
	Despesa	6 504 015,61 €	8 333 890,52 €	
% de Execução	Receita	99,118%	88,410%	
	Despesa	68,177%	70,205%	

Figura 39 - Evolução homóloga do orçamento (previsão *vs* execução)

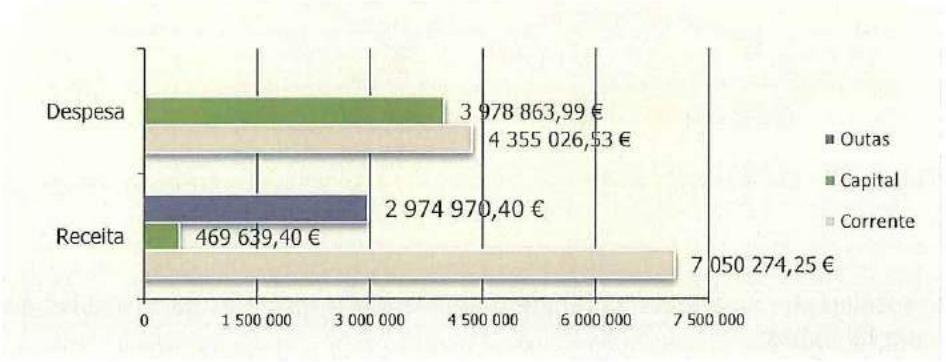


Figura 40 - Gráfico representativo da execução orçamental

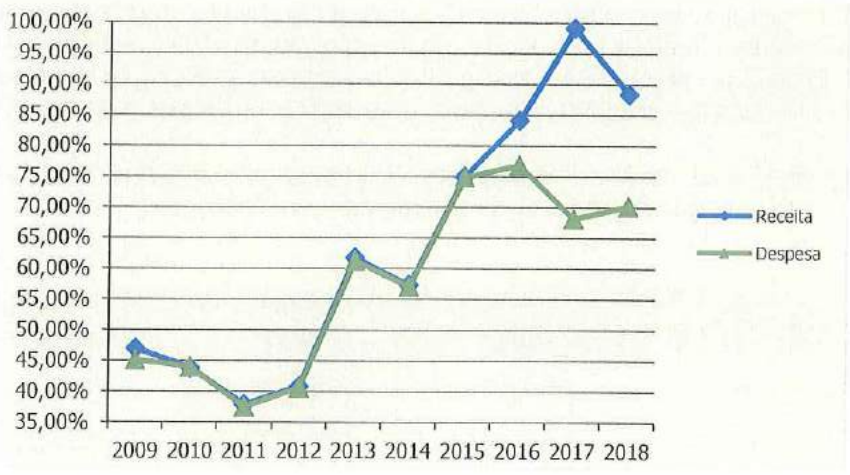


Figura 41 - Gráfico representativo da evolução da execução dos orçamentos (%)

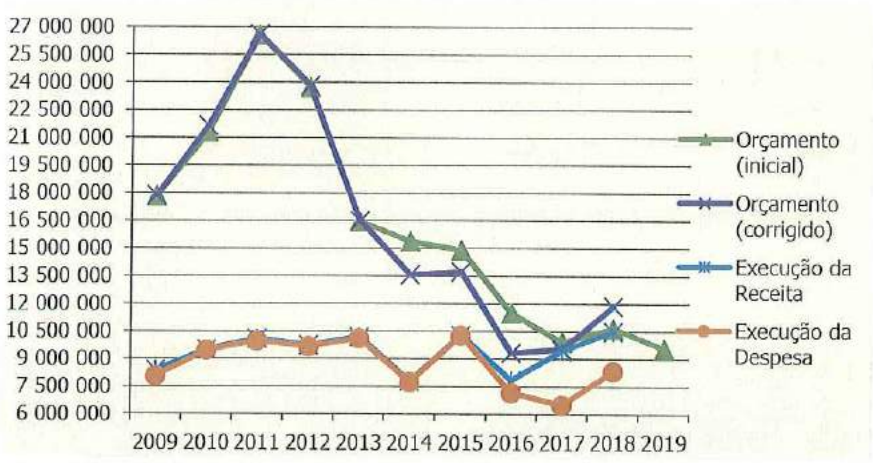


Figura 42 - Gráfico representativo da evolução dos orçamentos (previsão *vs* execução)

A gestão orçamental é uma ferramenta que pretende dar resposta às necessidades de apoio à decisão, para tal temos:

- Planeamento;
- Plano de Pagamentos em Atraso;
- Compromissos plurianuais;
- Orçamento previsional de Tesouraria por mês e para o ano.

4.1. RECEITA MUNICIPAL

A análise da execução do orçamento da receita no ano em apreço, revela um total de receita arrecadada cifrada em 10.494.884,05€, representando uma taxa de execução de 88,410 %, cumprindo assim o preceito legal instituído pelo artigo 56.º da RFALEI.

O total de receita municipal arrecadada decompõe-se em receitas correntes, com um peso relativo de cerca de 67 %, receitas de capital que representam 4,475 % e outras receitas que representam 28,347 %.

Rubricas	Orçamento		Executado		
	Inicial	Corrigido	Valor	Grau de execução	Peso
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	(5)
Receitas Correntes	**7 144 773,00 €**	**7 144 773,00 €**	**7 050 274,25 €**	**98,677%**	**67,178%**
01 - Impostos Diretos	965 447,00 €	965 447,00 €	920 699,11 €	95,365%	13,059%
02 - Impostos Indiretos	38 040,00 €	38 040,00 €	29 263,03 €	76,927%	0,415%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	92 308,00 €	92 308,00 €	95 406,83 €	103,357%	1,353%
05 - Rendimentos da propriedade	737 308,00 €	737 308,00 €	748 544,45 €	101,524%	10,617%
06 - Transferências correntes	4 512 644,00 €	4 512 644,00 €	4 470 518,59 €	99,067%	63,409%
07 - Venda de bens e serviços correntes	737 286,00 €	737 286,00 €	758 074,56 €	102,820%	10,752%
08 - Outras receitas correntes	61 740,00 €	61 740,00 €	27 767,68 €	44,975%	0,394%
Receitas de Capital	**3 481 084,00 €**	**1 734 917,59 €**	**469 639,40 €**	**27,070%**	**4,475%**
09 - Venda de bens de investimento	1 728 437,00 €	1 228 437,00 €	0,00 €	0,000%	0,000%
10 - Transferências de capital	1 752 537,00 €	506 370,59 €	469 639,40 €	92,746%	100,000%
11 - Ativos financeiros	50,00 €	50,00 €	0,00 €	0,000%	0,000%
12 - Passivos financeiros	40,00 €	40,00 €	0,00 €	0,000%	0,000%
13 - Outras receitas de capital	20,00 €	20,00 €	0,00 €	0,000%	0,000%
Outras Receitas	**32 478,00 €**	**2 991 069,39 €**	**2 974 970,40 €**	**99,462%**	**28,347%**
15 - Rep. não abatidas nos pagamentos	32 478,00 €	32 478,00 €	16 379,01 €	50,431%	0,551%
16 - Saldo da gerência anterior	-	2 958 591,39 €	2 958 591,39 €	100,000%	99,449%
TOTAL DA RECEITA	**10 658 335,00 €**	**11 870 759,98 €**	**10 494 884,05 €**	**88,410%**	**100,000%**

Figura 43 - Execução orçamental da receita

4.1.1. RECEITA CORRENTE

No domínio da receita corrente e em sede de orçamento, era expectável arrecadar um volume de receita de 7.144.773,00€. No entanto, o montante arrecadado totalizou 7.050.274,25€, representando uma taxa de execução orçamental superior a 98 %.

Analisando, comparativamente, os montantes de receita corrente arrecadados em períodos homólogos, verifica-se um ligeiro acréscimo, de acordo com o espelhado no quadro infra:

Composição	2017	2018	Variação
01. Impostos Diretos	896 478,33 €	920 699,11 €	2,70%
02. Impostos Indiretos	42 757,41 €	29 263,03 €	-31,56%
04. Taxas, multas e outras penalidades	111 403,04 €	95 406,83 €	-14,36%
05. Rendimentos da propriedade	718 688,68 €	748 544,45 €	4,15%
06. Transferências correntes	4 361 881,65 €	4 470 518,59 €	2,49%
07. Venda de bens e serviços correntes	831 194,44 €	758 074,56 €	-8,80%
08. Outras receitas correntes	33 002,66 €	27 767,68 €	-15,86%
Total	**6 995 406,21 €**	**7 050 274,25 €**	**0,78%**

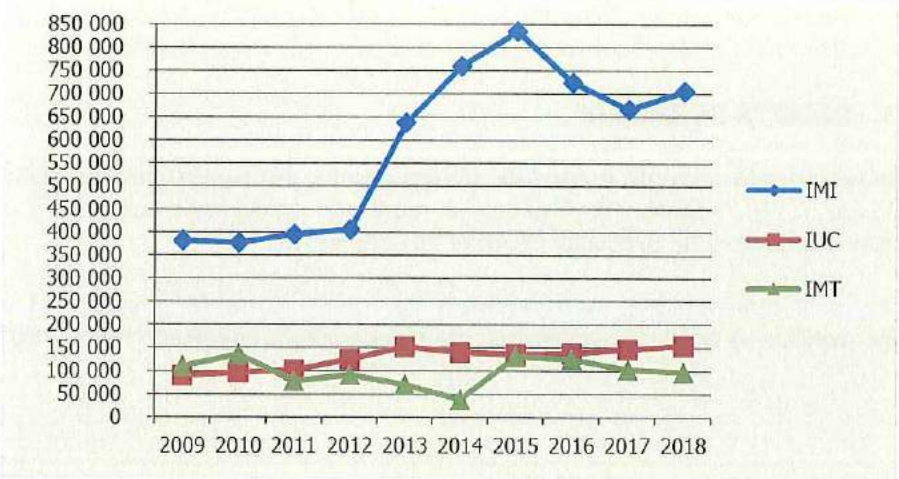
Figura 44 - Execução homóloga da execução da receita corrente

Seguidamente, passaremos a analisar os principais e mais relevantes pontos, referentes à receita corrente arrecadada no exercício de 2018:

Capítulo Económico 01 – Impostos Diretos

Este capítulo engloba, os impostos diretos municipais, designadamente, destaque para:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em que resumidamente foram aplicadas:
  - taxa de 0,35% para prédios urbanos (PU);
  - minoração de 30% e de 20% para prédios reabilitados ou restaurados desde 2007 e para PU arrendados, respetivamente;
  - majoração de 15% para PU degradados;
  - minoração para habitações próprias permanentes de acordo com os dependentes a cargo do agregado familiar;
  - nos termos da Área de Reabilitação Urbana (ARU) foram aplicadas isenções e um conjunto de minorações e majorações às taxas de IMI sobre PU;
- Imposto Único de Circulação (IUC);
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis (IMT).



Fonte: Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira

Figura 45 - Gráfico representativo da evolução da receita dos impostos diretos (execução)

Capítulo Económico 05 – Rendimentos de Propriedade

Este capítulo engloba, essencialmente, os rendimentos decorrentes das rendas de exploração da concessão da rede de distribuição de energia em baixa tensão e das eólicas instaladas na Serra de Alvaiázere.

Descrição	Execução
Prestações acessórias da Sicó Formação	*1 29.500,00 €
Dividendos ERSUC	*2 1.887,34 €
TOTAL 050702	**31 387,34 €**
Vodafone	4 853,76 €
NOS	*3 5.988,53 €
TOTAL 051001	**10 842,29 €**
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	*4 66.128,57 €
Sealve	327 275,13 €
EDP	312 911,12 €
TOTAL 051005	**706 314,82 €**

*1 Valor restante correspondente às prestações acessórias a receber, de acordo com o comunicado pelo ofício n.º 1048/2016 de 02-12-2016
*2 Dividendos do exercício de 2017
*3 Valor referente ao diferencial faturado entre janeiro de 2015 a novembro de 2017 - Deliberação de CM de 15-11-2017
*4 Rendas dos anos 2016, 2017 e 2018

Figura 46 - Capítulo 05 (resumo)

Capítulo Económico 06 – Transferências Correntes

Este capítulo define-se pelos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes. Neste ponto destaque para:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF corrente) – valor a receber em duodécimos definido pela LOE/2018;
- Fundo Social Municipal (FSM) – valor a receber em duodécimos definido pela LOE/2018;
- Participação fixa no IRS – aplicação da taxa de 5% sobre a coleta líquida, definido pela LOE/2018;
- DGESTE – valores transferidos pela delegação de competências na área da educação, designadamente, fornecimento de refeições escolares, pessoal auxiliar, AEC, e atividades de animação e apoio à família (CAF).

MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(3)+(4)+(7)
ALVAIÁZERE	4 016 515	446 279	4 462 794	133 094	127 251	5,0%	127 251	4 723 139

Figura 47 - Excerto do mapa XIX - Transferências para os Municípios, da LOE/2018

	Projeto	Execução da receita
OPERAÇÃO POSEUR-03-2012-FC-000110	Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes no sistema SAR do Município de Alvaiázere	20 387,26 €

Figura 48 - Execução de projetos cofinanciados - QREN

4.1.2. RECEITA DE CAPITAL

No domínio da receita de capital e em sede de orçamento, era expetável arrecadar um volume de receitas de 3.481.084,00€, que posteriormente foi corrigido para o montante de 1.734.917,59€. No entanto, o montante arrecadado totalizou 469.639,40€, com uma taxa de execução a rondar os 27 %.

Quando comparado com o montante do ano precedente, verifica-se uma considerável redução de receita de capital arrecadada, de acordo com a análise ao quadro infra:

Composição	2017	2018	Variação
09. Venda de Bens de Investimento	42 001,70 €	0,00 €	-100,00%
10. Transferências de capital	1 670 220,16 €	469 639,40 €	-71,88%
11. Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
12. Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
13. Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total	**1 712 221,86 €**	**469 639,40 €**	**-72,57%**

Figura 49 - Execução homóloga da execução da receita de capital

Capítulo Económico 10 – Transferências de Capital

Este capítulo define-se pelos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital, com destaque para:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF de capital) – valor a receber em duodécimos definido pela LOE/2018;
- Portugal 2020 – projetos cofinanciados.

	Projeto	Execução da receita
OPERAÇÃO CENTRO-02-0853-FEDER-000013	Beneficiação e Alargamento da Zona Industrial de Tróia	3 345,60 €
OPERAÇÃO CENTRO-07-2316-FEDER-000078	Plataforma Empresarial de Alvaiázere	15 731,68 €
OPERAÇÃO CENTRO-08-0550-FEDER-000018	Loja do Cidadão de Alvaiázere	4 283,12 €
	TOTAL	**23 360,40 €**

Figura 50 - Execução de projetos cofinanciados - Portugal 2020

4.1.3. OUTRAS RECEITAS

No domínio das outras receitas municipais e em sede de orçamento, era expetável arrecadar um volume de 32.478,00€, que posteriormente foi corrigido para o montante de 2.991.069,39€, fruto da incorporação do saldo de gerência transitado do ano de 2017 (2.958.591,39€). Assim, o total das outras receitas arrecadadas ascendeu ao montante de 2.974.970,40€, com uma taxa de execução que rondou os 99,5 %.

Composição	2017	2018	Variação
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	68 993,93 €	16 379,01 €	-76,26%
16. Saldo da gerência anterior	679 168,71 €	2 958 591,39 €	335,62%
Total	**748 162,64 €**	**2 974 970,40 €**	**297,64%**

Figura 51 - Execução homóloga da execução de outras receitas municipais

4.2. DESPESA MUNICIPAL

A despesa municipal define-se como a inscrição/execução de montantes que decorrem das atribuições e competências acometidas aos municípios, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, diploma aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Neste sentido, a análise da execução do orçamento da despesa no ano em apreço, revela um total de despesa cifrada em 8.333.890,52€, com uma taxa de execução de 70,2 %.

Do total de despesa municipal executada, decompõe-se em despesas correntes com um peso relativo de cerca de 52,26 % e despesas de capital que representam os restantes 47,74 %.

Rubricas	Orçamento		Executado		
	Inicial	Corrigido	Valor	Grau de execução	Peso
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	(5)
Despesas Correntes	**5 284 982,00 €**	**5 477 225,00 €**	**4 355 026,53 €**	**79,512%**	**52,257%**
01 - Despesas com pessoal	1 802 132,00 €	1 834 422,00 €	1 566 423,55 €	85,391%	35,968%
02 - Aquisição de bens e serviços	2 700 620,00 €	2 779 418,00 €	2 139 090,18 €	76,962%	49,118%
03 - Juros e outros encargos	50 560,00 €	36 860,00 €	29 994,40 €	81,374%	0,689%
04 - Transferências correntes	572 016,00 €	612 963,00 €	497 650,81 €	81,188%	11,427%
06 - Outras despesas correntes	159 654,00 €	213 562,00 €	121 867,59 €	57,064%	2,798%
Despesas de Capital	**5 373 353,00 €**	**6 393 534,98 €**	**3 978 863,99 €**	**62,233%**	**47,743%**
07 - Aquisição de bens de capital	3 321 782,00 €	3 350 659,00 €	1 428 990,14 €	42,648%	35,915%
08 - Transferências de capital	626 275,00 €	984 275,00 €	826 051,84 €	83,925%	20,761%
09 - Ativos financeiros	55 244,00 €	55 244,00 €	41 433,00 €	75,000%	1,041%
10 - Passivos financeiros	355 602,00 €	1 384 450,39 €	1 382 794,27 €	99,880%	34,753%
11 - Outras despesas de capital	1 014 450,00 €	618 906,59 €	299 594,74 €	48,407%	7,530%
TOTAL DA DESPESA	**10 658 335,00 €**	**11 870 759,98 €**	**8 333 890,52 €**	**70,205%**	**100,000%**

Figura 52 - Execução orçamental da despesa

4.2.1. DESPESA CORRENTE

No domínio da despesa corrente e em sede de orçamento era expetável um volume de despesa de 5.284.982,00€, que posteriormente, pelas modificações orçamentais, foi corrigido para o montante de 5.477.255,00€.

A despesa corrente realizada totalizou apenas o montante de 4.355.026,53€, com uma taxa de execução que ronda os 79,5 %. Quando comparado com o montante do ano precedente, verifica-se um ligeiro acréscimo da mesma, de acordo com a análise ao quadro infra:

Composição	2017	2018	Variação
01. Despesas com pessoal	1 541 551,52 €	1 566 423,55 €	1,61%
02. Aquisição de bens e serviços	2 239 908,65 €	2 139 090,18 €	-4,50%
03. Juros e outros encargos	49 725,14 €	29 994,40 €	-39,68%
04. Transferências correntes	339 471,38 €	497 650,81 €	46,60%
06. Outras despesas correntes	124 462,46 €	121 867,59 €	-2,08%
Total	**4 295 119,15 €**	**4 355 026,53 €**	**1,39%**

Figura 53 - Execução homóloga da despesa corrente

Seguidamente, passaremos a analisar os principais e mais relevantes pontos, referentes à despesa corrente executada no exercício de 2018.

Capítulo Económico 01 – Despesas com o Pessoal

Este capítulo, explicado nos pontos anteriores, designadamente nos capítulos 2.3. Estrutura Organizacional e 2.7. Recursos Humanos e no Balanço Social, reflete uma das rubricas mais expressivas do cômputo das despesas correntes.

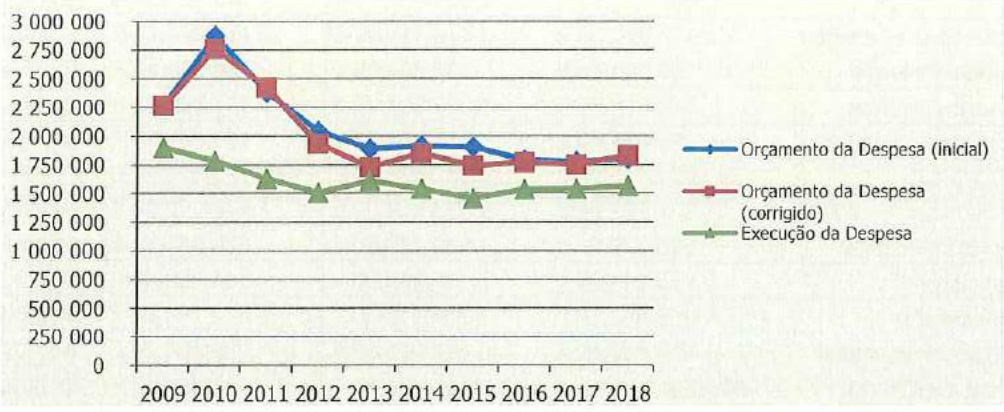


Figura 54 - Gráfico representativo da evolução das despesas com o pessoal (previsão *vs* execução)

Capítulo Económico 02 – Aquisição de Bens e Serviços

Na análise a este capítulo, o Órgão Executivo continua a concentrar esforços na contenção de despesas, no entanto, nesta rubrica inserem-se os grandes grupos de despesas, como por exemplo o consumo de água, saneamento, RSU, combustíveis rodoviários, energia elétrica, seguros e os transportes e refeições escolares, entre outros.

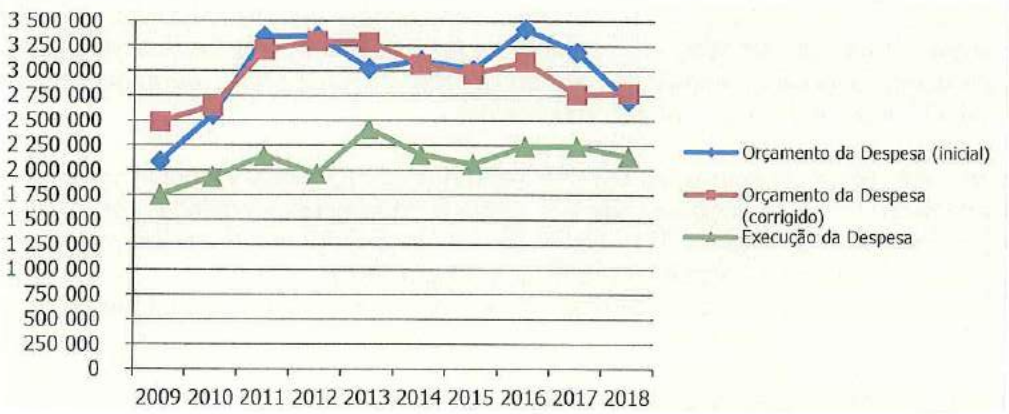


Figura 55 - Gráfico representativo da evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços (previsão *vs* execução)

Capítulo Económico 03 – Juros e outros encargos

Este capítulo define, não só mas também, na sua orgânica 0103, os montantes de juros dos 11 contratos de empréstimos de médio e longo prazo, que o Município tinha contratualizado.

	Empréstimo	Juros
0078/000592/891	Construção do Bairro Social	0,00 €
9015/003749/991	Construção do Estádio Municipal	60,51 €
9015/004929/291	Aquisição de terrenos para requalificação urbana	0,00 €
9015/005137/891	Aquisição de terrenos para requalificação urbana	0,00 €
9015/006440/291	Requalificação urbana Rua José A Martins Rangel	11 263,81 €
Total CGD, S.A.		**11 324,32 €**
770020034	Remodelação e ampliação do Estádio Municipal	49,78 €
770020033	Aquisição de edifício	46,25 €
15842	Aquisição de terreno	19,45 €
Novo Banco, S.A.		**115,48 €**
56047433654	Obras de saneamento	5 125,43 €
Total CA, C.R.L.		**5 125,43 €**
2009.11.0418.2.00.0	Habitação Social - Alvaiázere	586,93 €
Total IHRU		**586,93 €**
0249E081132012.01/2	PAEL	12 842,24 €
Total PAEL		**12 842,24 €**
	TOTAL GERAL	**29 994,40 €**

Figura 56 - Encargos com empréstimos de M/L prazo (juros)

A amortização dos juros revela montantes inferiores, comparativamente a anos transatos, devido à descida da taxa Euribor e à antecipação da amortização de quatro empréstimos.

Capítulo Económico 04 – Transferências correntes

Este capítulo define, essencialmente, o âmbito das atribuições e competências do Município, os apoios financeiros ao associativismo e acordos de cooperação com as Freguesias do Concelho, entre outros. Aqui está refletido um conjunto alargado de apoios financeiros atribuídos e/ou comparticipados a diversas entidades, essencialmente, de cariz social, desportiva ou cultural (ver análise às figuras 11 e 12 – apoios concedidos).

Por outro lado, neste capítulo estão também refletidos os montantes atribuídos de cariz social, designadamente, o apoio social escolar e o apoio a habitações degradadas, assim como, as despesas com os vencimentos das admissões de colaboradores inseridos nos programas ocupacionais (POC) e os rendimentos sociais de inserção (RSI).

4.2.2. DESPESA DE CAPITAL

No domínio da despesa de capital e em sede de orçamento era expetável um volume de despesa de 5.373.353,00€, que posteriormente, pelas modificações orçamentais, foi corrigido para o montante de 6.393.534,98€.

A despesa de capital realizada totalizou apenas o montante de 3.978.863,99 €, com uma taxa de execução de cerca de 62,23 %. Quando comparado com o montante do ano precedente, verifica-se um aumento considerável da mesma, provocada pela amortização dos quatro empréstimos, de acordo com a análise ao quadro infra:

Composição	2017	2018	Variação
07. Aquisição de bens de capital	1 067 095,91 €	1 428 990,14 €	33,91%
08. Transferências de capital	510 542,60 €	826 051,84 €	61,80%
09. Ativos financeiros	55 244,00 €	41 433,00 €	-25,00%
10. Passivos financeiros	352 698,48 €	1 382 794,27 €	292,06%
11. Outras despesas de capital	223 315,47 €	299 594,74 €	34,16%
Total	**2 208 896,46**	**3 978 863,99**	**80,13%**

Figura 57 - Execução homóloga da despesa de capital

Capítulo Económico 07 – Aquisição de Bens de Capital

Este capítulo deriva, essencialmente, dos montantes executados das linhas estratégicas desenvolvidas pelo Município vertidas nas GOP`s.

Capítulo Económico 09 – Ativos Financeiros

Neste capítulo predomina o montante referente à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e que tinha a duração de 7 anos, ou seja, o seu términus ocorreria em 2021. No entanto, de acordo com o estabelecido no artigo 303.º da LOE/2018, aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a subscrição do capital social foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar, ocorrendo o seu términus em 2020 (ver análise ao ponto 8.2. do presente relatório de gestão).

Capítulo Económico 10 – Passivos Financeiros

Este capítulo define-se pelas operações financeiras, designadamente, amortizações de capital dos empréstimos contratualizados de médio e longo prazo (ver análise ao ponto 8.3. do presente relatório de gestão).

4.3. SALDO DE GERÊNCIA

Em 2018, os fluxos de caixa traduzem um fluxo de entradas na Tesouraria de 7.853.668,45 € e um fluxo de saídas de 8.629.193,19€, os quais, adicionados ao saldo transitado da gerência de 2017 no montante de 2.980.940,56€ permitem registar um saldo para a gerência de 2018 no montante de 2.205.415,82€.

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2017	2 958 591,39 €	22 349,17 €	**2 980 940,56 €**
Receita Cobrada	7 557 384,31 €	296 284,14 €	**7 853 668,45 €**
Despesa paga	8 333 890,52 €	295 302,67 €	**8 629 193,19 €**
Saldo a transitar	**2 182 085,18 €**	**23 330,64 €**	**2 205 415,82 €**

Figura 58 - Fluxos de caixa (resumo)

5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Tendo por base os documentos previsionais de 2018 e respetivas modificações orçamentais, dá-se relevo às atividades desenvolvidas ao longo do ano, consubstanciadas nas Grandes Opções do Plano (GOP), que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o mapa plurianual das Atividades Mais Relevantes (AMR).

Obj.	Designação	Montante		Grau de Execução
		Previsto	Executado	
01	Administração Autárquica	3 379 576,59 €	2 516 983,72 €	74,48%
02	UOAF	303 655,00 €	152 918,02 €	50,36%
03	UOOMU	3 447 184,00 €	1 415 133,13 €	41,05%
	Total	**7 130 415,59 €**	**4 085 034,87 €**	**57,29%**

Figura 59 - Execução das Grandes Opções do Plano

Objetivo 01 - Administração Autárquica

Este objetivo, o de maior expressão na execução orçamental, contempla, essencialmente, projetos como os protocolos e transferências a instituições, acordos com as freguesias do concelho, despesas com os contratos de emprego inserção e estágios, o orçamento participativo, serviços de consultoria jurídica e auditor externo, bem como a realização de diversas atividades e eventos no âmbito da educação, desporto, cultura, turismo, associativismo, atividades económicas e ação social.

Objetivo 02 - Unidade Orgânica Administrativa e Financeira (UOAF)

Este objetivo revela-se o de menor expressão na despesa municipal. Salienta-se que, a UOAF, como serviço municipal no domínio administrativo (recursos humanos, tesouraria, atendimento, contabilidade, economato, património e informática) absorve estruturalmente as despesas correntes.

Objetivo 03 - Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo (UOOMU)

Este objetivo congrega os serviços que se prendem com o abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos e urbanos, rede viária, energia elétrica e edifícios municipais que absorvem um nível de recursos bastante expressivo, com especial enfoque nos investimentos decorrentes do PPI - despesas de capital.

6. ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As despesas realizadas por conta da Assembleia Municipal, representadas pela classificação orgânica 0101, comportam a seguinte execução:

Classificação Económica	Designação	Previsto	Executado
0101/010204	Ajudas de custo	50,00 €	0,00 €
0101/01021303	Senhas de Presença	7 000,00 €	5 859,84 €
Total das despesas com pessoal		**7 050,00 €**	**5 859,84 €**
0101/020108	Material de escritório	50,00 €	0,00 €
0101/020121	Outros bens	50,00 €	0,00 €
0101/020210	Transportes	50,00 €	0,00 €
0101/020211	Representação dos serviços	50,00 €	0,00 €
0101/020216	Seminários, exposições e similares	1 000,00 €	0,00 €
Total da aquisição de bens e serviços		**1 200,00 €**	**0,00 €**
TOTAL		**8 250,00 €**	**5 859,84 €**

Figura 60 - Execução Orçamental da Assembleia Municipal (orgânica 0101)

7. ENQUADRAMENTO PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Numa perspetiva de análise patrimonial da atividade municipal, evidenciam-se dois mapas financeiros, de elevada relevância, sendo eles o Balanço e a Demonstração de Resultados.

7.1. BALANÇO

O Balanço é um mapa financeiro de prestação de contas que retrata a situação patrimonial do Município no decurso do ano, dando a conhecer, por um lado, o ativo constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos e, por outro, o passivo e fundos próprios que representam a origem dos fundos.

Neste contexto, à data de encerramento de contas, a realidade patrimonial encontra-se explanada no quadro infra e, mais detalhadamente, no documento anexo intitulado Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Ativo		Fundos Próprios e Passivo	
Imobilizado	**48 672 026,14 €**	**Fundos Próprios**	**34 939 676,75 €**
Bens de Domínio Público	20 598 623,81 €	Património	80 259 099,64 €
Imobilizações Incorpóreas	30 667,04 €	Doações	4 121,60 €
Imobilizações Corpóreas	27 471 822,29 €	Resultados Transitados	-43 507 356,11 €
Investimentos Financeiros	570 913,00 €	Resultados Líquidos do Exercício	-1 816 188,38 €
Circulante	**3 549 122,45 €**	**Passivo**	**17 281 471,84 €**
Existências	109 800,54 €	Dívidas a terceiros de M/L Prazos	1 898 223,21 €
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	116 399,91 €	Dívidas a terceiros de Curto Prazo	352 690,33 €
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	2 205 415,83 €	Acréscimos e Diferimentos	15 030 558,30 €
Acréscimos e Diferimentos	1 117 506,17 €		
Total do Ativo	**52 221 148,59 €**	**Total Fundos Próprios + Passivo**	**52 221 148,59 €**

Figura 61 - Resumo do Balanço

Analisando detalhadamente as disponibilidades financeiras do Município, à data de 31 de dezembro, estas estavam distribuídas da seguinte forma:

Disponibilidades	
Caixa	**668,23 €**
Depósitos Bancários	**2 204 747,60 €**
Caixa Geral de Depósitos	826 611,50 €
Millennium BCP	301 452,19 €
Crédito Agrícola	887 666,16 €
Banco BIC	189 017,75 €
Novo Banco	0,00 €
Total	**2 205 415,83 €**

Figura 62 - Resumo do Diário de Tesouraria

7.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados é, também, um mapa financeiro de prestação de contas cuja finalidade é evidenciar os resultados das operações económicas (custos e proveitos) obtidos na atividade do Município. No entanto, é preciso não esquecer que as autarquias locais têm apenas objetivos sociais, ou seja, trabalham pela maximização da satisfação das necessidades dos seus munícipes, mediante os recursos disponíveis, e não a maximização do lucro.

Da análise ao quadro infra, evidencia-se que a atividade do Município de Alvaiázere gerou, no exercício de 2018, um resultado líquido negativo no montante de 1.816.188,38€. Para este resultado contribuiu de forma muito significativa a conta 69 – custos e perdas extraordinárias, designadamente, com o valor das transferências efetuadas da classe 4 de imobilizado, como regularização de valores que foram anteriormente considerados em imobilizado em curso e, após a devida análise, optou-se por alterar a contabilização para custo, sendo, então, custo de anos anteriores debitando-se a conta 6972 – Correções de exercícios anteriores – Outros.

Por outro lado, se fosse utilizado o indicador EBITDA para o desempenho económico, o seu valor seria de 1.694.693,75€. Este cálculo permite descobrir a eficiência financeira de uma entidade segundo as suas estratégias operacionais. Quanto maior for esse índice maior a eficiência financeira da empresa e vice-versa. Para os analistas, o EBITDA é muito importante pois demonstra o resultado antes de imposto da entidade, sem considerar as amortizações e provisões, custos estes que não representam qualquer despesa para a empresa, ou seja, não há saída de dinheiro.

Demostração de Resultados		2017	2018
Resultados Operacionais	Proveitos e ganhos operacionais - Custos e perdas operacionais	-1 525 504,24 €	-1 567 084,34 €
Resultados Financeiros	Proveitos e ganhos financeiros - Custos e perdas financeiros	694 188,84 €	685 855,75 €
Resultados Correntes	+/- Resultados Operacionais +/- Resultados Financeiros	-831 315,40 €	-881 228,59 €
Resultados Extraordinários	Proveitos e ganhos extraordinários - Custos e perdas extraordinários	-415 261,59 €	-934 959,79 €
RLE - Resultado Líquido do Exercício	+/- Resultados Correntes +/- Resultados Extraordinários	-1 246 576,99 €	-1 816 188,38 €
EBITDA - Resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortizações	Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões	2 166 025,18 €	1 694 693,75 €

Figura 63 - Apuramento de resultados

8. ENDIVIDAMENTO AUTARQUICO

8.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Na data de encerramento do ano, os valores a receber de terceiros ascendem ao montante de 116.399,91€. Deste montante encontram-se provisionados 67.072,98€, face à mora nos valores a receber. De destacar ainda que 42.616,01 € são relativos a IVA a recuperar, valor este que só se arrecada se solicitado o seu reembolso.

	2017	2018
Clientes, c/c	83 581,95 €	59 866,03 €
Contribuintes, c/c	10 193,88 €	8 074,99 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	82 165,75 €	69 314,86 €
Ajustamentos para dívidas a receber	63 522,59 €	67 072,98 €
Estado e outros entes públicos	45 514,64 €	42 616,01 €
Outros devedores	0,00 €	3 601,00 €
Total	**157 933,63 €**	**116 399,91 €**

Figura 64 - Dívidas de Terceiros

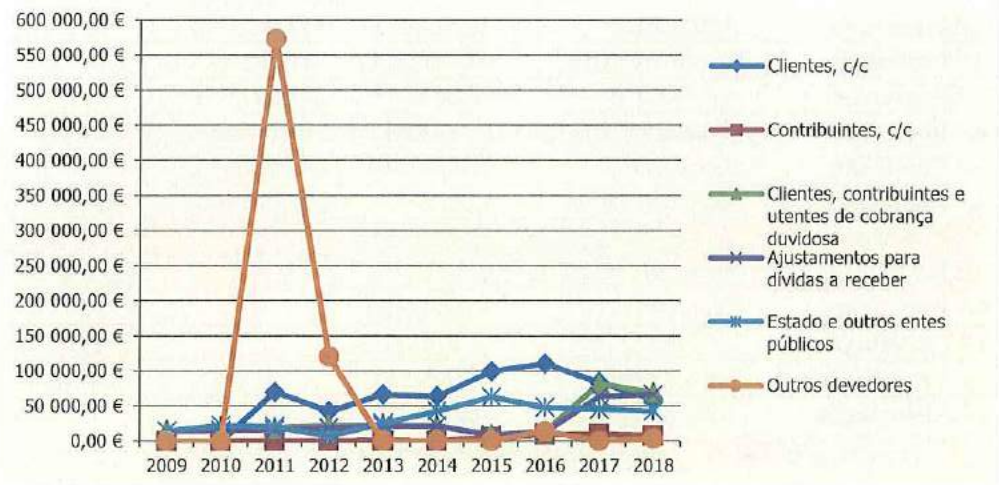


Figura 65 - Gráfico representativo da evolução das dívidas de Terceiros

8.2. DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO

Esta rubrica do Balanço inclui todas as dívidas a fornecedores de bens, serviços e imobilizado, totalizando o montante de 352.690,33€. De realçar que, em mais um exercício económico, se verifica um decréscimo do valor total da dívida.

	2017	2018
Fornecedores, c/c	153 095,70 €	229 190,28 €
Fornecedores de imobilizado, c/c	112 643,55 €	36 327,43 €
Estado e outros entes públicos (retenções na fonte pagas no mês seguinte)	39 332,46 €	38 755,05 €
Outros credores	60 189,68 €	48 417,57 €
Total	**365 261,39 €**	**352 690,33 €**

Figura 66 - Dívidas a Terceiros de curto prazo

Ressalve-se no entanto que, na rubrica de outros credores, está contemplada a realização do capital social a curto prazo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), de acordo com o preceituado na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. O FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de ruptura financeira nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

No âmbito do FAM, e de acordo com as orientações legais, a dívida refletida a curto prazo ascende ao montante de 27.622,00€, e o remanescente é refletido como dívida de médio e longo prazo (13.811,00€).

	Data	Capital (1)	Capital em Dívida (2)=(2)$^{-1}$-(1)	
	Valor		**386.705,64 €**	
1.ª Prestação	junho/2015	27.622,00 €	359.083,64 €	
2.ª Prestação	dezembro/2015	27.622,00 €	331.461,64 €	
3.ª Prestação	junho/2016	27.622,00 €	303.839,64 €	
4.ª Prestação	dezembro/2016	27.622,00 €	276.217,64 €	
5.ª Prestação	junho/2017	27.622,00 €	248.595,64 €	
6.ª Prestação	dezembro/2017	27.622,00 €	220.973,64 €	82.866,00 €*[1]
7.ª Prestação	junho/2018	20.716,50 €		62.149,50 €
8.ª Prestação	dezembro/2018	20.716,50 €		41.433,00 €
9.ª Prestação	junho/2019	13.811,00 €		27.622,00 €
10.ª Prestação	dezembro/2019	13.811,00 €		13.811,00 €
11.ª Prestação	junho/2020	6.905,50 €		6.905,50 €
12.ª Prestação	dezembro/2020	6.905,50 €		0,00 €
TOTAL		**248.598,00 €**		

Fonte: Plano de pagamentos da DGAL
*[1] Novo Plano de pagamentos da DGAL (oficio circular n.º 3/FAM/2018 de 07/02/2018)

Figura 67 - Fundo de Apoio Municipal (prestações)

Importa referir que, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado/2018, o Município de Alvaiázere foi notificado de que a sua subscrição de capital social no FAM foi modificada por redução dos montantes anuais. Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais foi reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital ajustados em conformidade.

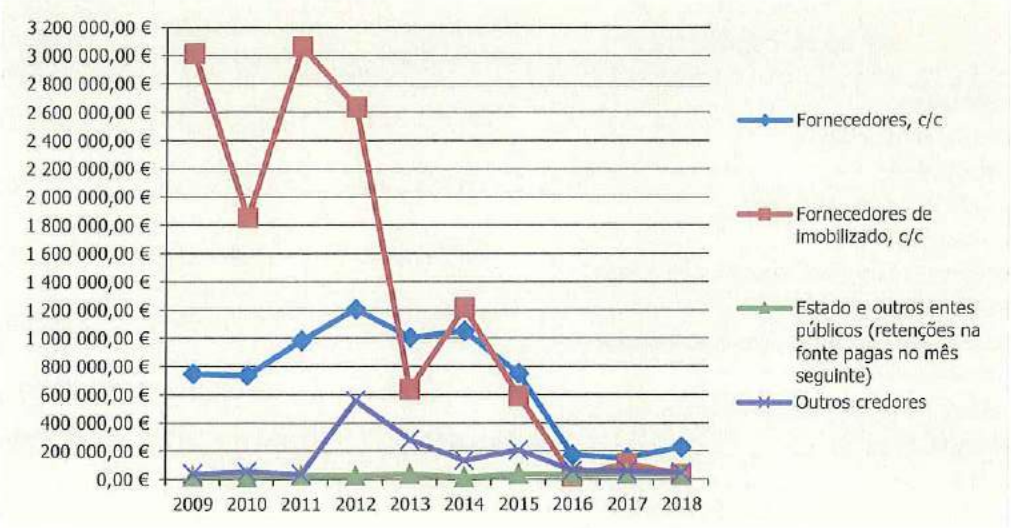


Figura 68 - Gráfico representativo da evolução das dívidas a Terceiros

8.3. DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O valor efetivo da dívida, que decorre dos encargos resultantes dos compromissos de médio e longo prazo relativos à amortização de financiamentos contratados e utilizados ascende ao montante de 1.884.412,21€, na data de 31 de dezembro, como se depreende pela análise ao quadro infra.

Ressalve-se no entanto que, do cômputo dos contratos de empréstimo, a dívida exigível a curto prazo, ou seja para o ano de 2019, ascende, aproximadamente, ao montante de 187.650,00€ e o remanescente é exigível a médio e longo prazo.

N.º Empréstimo	Dívida a 01/01/2018	Amortização Capital	Capital em dívida a 31/12/2018
0078/000592/891 Construção do Bairro Social	164 501,52 €	21 933,54 €	142 567,98 €
9015/003749/991 Construção do Estádio Municipal	9 753,13 €	9 753,13 €	0,00 €
9015/004929/291 Aquisição de terrenos para requalificação urbana	66 249,99 €	7 361,11 €	58 888,88 €
9015/005137/891 Aquisição de terrenos para requalificação urbana	397 796,01 €	44 199,56 €	353 596,45 €
9015/006440/291 Requalificação urbana Rua José A Martins Rangel	676 759,80 €	53 765,81 €	622 993,99 €
Total CGD, S.A.	**1 315 060,45 €**	**137 013,15 €**	**1 178 047,30 €**
770020034 Remodelação e ampliação do Estádio Municipal	29 531,22 €	29 531,22 €	0,00 €
770020033 Aquisição de edifício	30 000,00 €	30 000,00 €	0,00 €
15842 Aquisição de terreno	11 538,46 €	11 538,46 €	0,00 €
Novo Banco, S.A.	**71 069,68 €**	**71 069,68 €**	**0,00 €**
56047433654 Obras de saneamento	631 587,16 €	50 273,41 €	581 313,75 €
Total CA, C.R.L.	**631 587,16 €**	**50 273,41 €**	**581 313,75 €**
2009.11.0418.2.00.0 Habitação Social - Alvaiázere	132 572,84 €	7 521,68 €	125 051,16 €
Total IHRU	**132 572,84 €**	**7 521,68 €**	**125 051,16 €**
0249E081132012.01 PAEL	1 116 916,35 €	1 116 916,35 €	0,00 €
Total PAEL	**1 116 916,35 €**	**1 116 916,35 €**	**0,00 €**
TOTAL GERAL	**3 267 206,48 €**	**1 382 794,27 €**	**1 884 412,21 €**

Figura 69 - Dividas a Terceiros de médio e longo prazo

Informa-se ainda que, no exercício de 2018, não houve a necessidade de contratação de empréstimos de curto ou de médio e longo prazo.

8.4. LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

No que respeita ao conceito de endividamento autárquico importa referir que, com as imposições legais do diploma da RFALEI, os municípios passam a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Nos termos do estatuído no artigo 52.º do diploma supra referido, no quadro infra, procede-se ao cálculo do endividamento e respetiva margem.

Receita corrente liquidada	Ano 2015	6 708 608,84 €
	Ano 2016	6 942 873,64 €
	Ano 2017	6 995 406,21 €
	Média (1)	6 882 296,23 €
Regra do Endividamento	= 1,5 da média da receita corrente liquidada dos últimos 3 exercícios (2)=(1)x1,5	10 323 444,35 €
Dívida a Terceiros em 31-12-2018	Conta 22	243 001,28 €
	Conta 23	1 884 412,21 €
	Conta 24 (242+244+245)	38 755,05 €
	Conta 26	43 312,00 €
	Total (3)	2 209 480,54 €
Contribuição SEL em 31-12-2018 *1	Sicó Formação *2	
	WRC *2	
	CIMRL *2	
	ANMP	384,46 €
	Terras de Sicó	11 646,14 €
	ADXTUR *2	
	Enerdura	1 125,11 €
	Total (4)	13 155,71 €
Dívida não orçamental	Conta 242	10 975,65 €
	Conta 244	533,57 €
	Conta 24522 e 24532	8 846,26 €
	Conta 263	107,20 €
	Conta 268	2 867,96 €
	Total (5)	23 330,64 €
Dívida Total excluindo não orçamentais (6)=(3)+(4)-(5)		2 199 305,61 €
Margem de endividamento (7)=(2)-(6)		**8 124 138,74 €**
20% da Margem (alínea b), n.º 3 do art.º 52.º da LFL) (8)=(7)x0,2		1 624 827,75 €

*1 Conforme o art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

*2 Ausência de informação.

Figura 70 - Cálculo da margem de endividamento

Ao abrigo do disposto no artigo 54.º da RFALEI, importa referir que, neste momento, apenas foram comunicados alguns dos montantes referentes às contribuições das entidades do setor empresarial local (SEL), sendo que, as entidades Sicó Formação e WRC só contribuem para o endividamento do Município se estiverem em situação de desequilíbrio, facto este que, pelos dados que possuímos, não se verifica à data de 31 de dezembro, até porque a entidade WRC se encontra em processo de dissolução/extinção.

Verifica-se que, da leitura do quadro supra, a capacidade legal de endividamento do Município de Alvaiázere se encontra num nível aceitável e não constitui um fator impeditivo do normal desenvolvimento das atividades municipais.

Deste modo e à semelhança do ocorrido em anos transatos, podemos afirmar que, apesar das alterações e constrangimentos legais impostos, não foi excedido o limite de endividamento no exercício de 2018, gerando assim fluxos financeiros capazes de fazer face às responsabilidades assumidas.

9. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão, que complementam outras medidas de avaliação de desempenho, são importantes instrumentos para a análise da gestão das entidades públicas, sendo que, a sua utilização, permite o diagnóstico, a aprendizagem e a melhoria constante, assim como a analise de aspetos relevantes e a sua comparabilidade.

Rácios

Designação	Fórmula de Cálculo	Conteúdo	Resultado
Grau de cobertura das receitas e das despesas	Receita total disponível / Despesa total paga	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais	125,93%
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Exigível de curto prazo	Mede a capacidade, utilizando as disponibilidades, de fazer face aos compromissos assumidos com "Terceiros de curto prazo"	689,45%
Endividamento	Dívidas a Terceiros de curto, médio e longo prazo / Fundos Próprios + Passivo	Mede a capacidade e estrutura de endividamento	4,31%
Grau de Autonomia Financeira	Fundos Próprios /Ativo total	Mede a estrutura do financiamento/grau de autonomia	66,91%
Ativo Fixo Liquido	Imobilizado líquido total		48 672 026,14 €

Figura 71 - Rácios económicos e financeiros

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea d) do ponto 13 e na nota 2.7.3. do POCAL, propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício (RLE) cifrado em 1.816.188,38 € (um milhão oitocentos e dezasseis mil cento e oitenta e oito euros e trinta e oito cêntimos) e que se encontra evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, seja aplicado da seguinte forma:

Que o resultado apurado no exercício seja incorporado na conta

59 - "Resultados Transitados"

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No âmbito do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e revisto pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, são espelhados um conjunto de mapas elucidativos dos procedimentos de aquisição de bens e prestação de serviços adoptados pelo Município e que tramitaram no Gabinete de Contratação Pública, Assessoria e Auditoria.

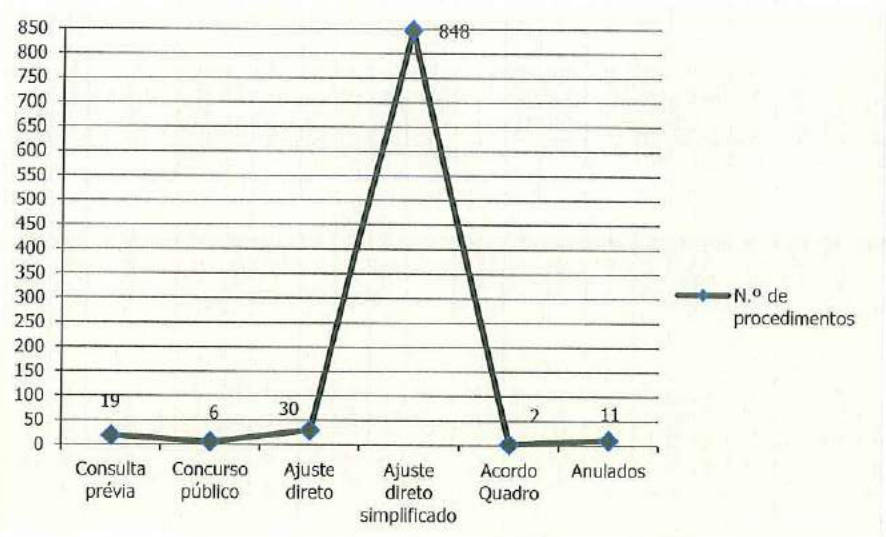


Figura 72 - Gráfico representativo do número e tipo de procedimentos adoptados

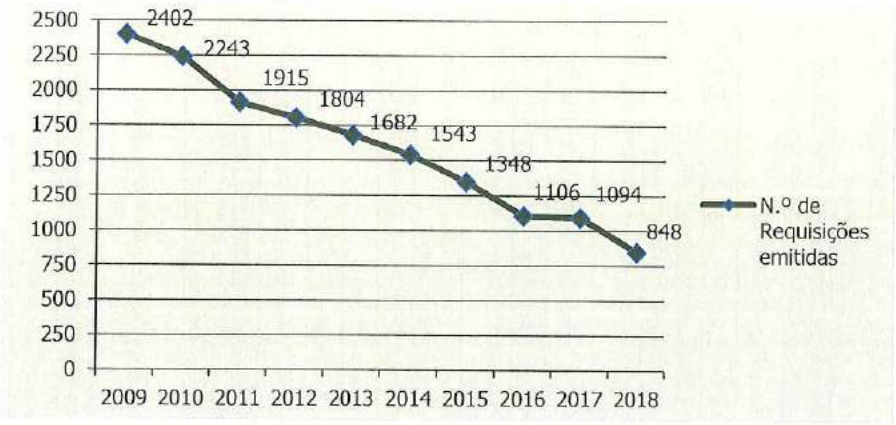


Figura 73 - Gráfico representativo da evolução das requisições emitidas (Ajuste direto simplificado)

Data Despacho	Data de lançamento do procedimento	Processo Interno n.º	Assunto/Objeto Contrato	Procedimento aplicado	Estado atual do procedimento	Data de adjudicação	Data do contrato	Preço Contratual	Adjudicatário
0/12/2017	16/01/2018	2017/300.10.001/71	Pintura de Marcas Rodoviárias	Consulta Prévia	Concluído	05/03/2018	27/03/2018	19 924,00 €	Miranvias, Pintura e Sinalização, Lda.
6/02/2018	22/02/2018	2018/300.10.005/50	Elaboração de Estudos Prévios - Beneficiação da Rede Viária Municipal de Pelmá a Troviscal e Tojeira a Nexebra	Ajuste Direto	Concluído	27/03/2018	09/04/2018	21 822,00 €	AVEITOP, Topografia, Estudos e Projectos, Lda.
8/03/2018	08/03/2018	2018/300.10.005/104	Renovação de Garantias DELL	Ajuste Direto	Concluído	04/04/2018	14/04/2018	12 440,40 €	ESPECTRO - Sistemas de Informação, S.A.
5/03/2018	08/03/2018	2018/300.10.005/80	Inserções Publicitárias para o Ano de 2018 e Fornecimento de Jornais	Consulta Prévia	Concluído	23/03/2018	09/04/2018	18 186,98 €	Diário de Leiria, Lda.
2/03/2018	09/03/2018	2018/300.10.005/86	Dinamização do Projeto Alvaiázere +	Consulta Prévia	Concluído	23/03/2018	09/04/2018	64 900,00 €	Conversas Versáteis, Lda.
7/03/2018	09/03/2018	2018/300.10.001/2	Remodelação de Edifícios Municipais	Consulta Prévia	Concluído	13/04/2018	20/04/2018	40 100,00 €	Luís Filipe Teixeira Lopes
9/03/2018	12/03/2018	2018/300.10.005/7	Aquisição de equipamentos - Switches e Sistema de Segurança de Rede	Consulta Prévia	Concluído	22/04/2018	30/04/2018	62 490,70 €	ESPECTRO - Sistemas de Informação, S.A.
2/03/2018	13/03/2018	2018/300.10.005/99	Recolha, Transporte e Entrega para Tratamento de Resíduos urbanos	Ajuste Direto	Concluído	28/03/2018	09/04/2018	19 999,99 €	RVU – Recolha, Transporte e Valorização
7/03/2018	15/03/2018	2018/300.10.005/68	Inserções Publicitárias para o Ano de 2018 e Fornecimento de Jornais	Ajuste Direto	Concluído	13/04/2018	18/04/2018	11 089,63 €	Diário de Coimbra, Lda.
6/12/2018	19/03/2018	2017/300.10.005/229	Construção de Rampa de Acesso para Deficientes - Edifício Paços do Concelho	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
4/03/2018	26/03/2018	2018/300.10.001/14	Reparação e Manutenção dos Espaços e Equipamentos Desportivos - Piscina Municipal Coberta	Ajuste Direto	Concluído	26/04/2018	07/05/2018	10 800,00 €	Henrique Lopes Martins Rosa
9/03/2018	19/03/2018	2018/300.10.005/95	Certificado Digital True BusinessID Willdcard	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
3/03/2018	22/03/2018	2018/300.10.005/56	Printing e Finishing	Ajuste Direto	Concluído	05/04/2018	02/05/2018	11 469,60 €	Ideias XL, Lda.
9/03/2018	26/03/2018	2018/300.10.005/82	Tubo Corrugado e Tampas	Ajuste Direto	Concluído	13/04/2018	16/04/2018	7 937,18 €	Ascentro, Lda.
7/03/2018	06/04/2018	2018/710.10.002/4	Recolha, Transporte e Entrega para Tratamento de Resíduos urbanos	Concurso Público	Concluído	25/07/2018	06/08/2018	179 640,00 €	SUMA, S.A.
5/04/2018	06/04/2018	2018/500.10.423/2	Manutenção e Assistência a Elevadores	Consulta Prévia	Anulado	----------	----------	----------	----------
5/04/2018	09/04/2018	2018/300.10.005/166	Elaboração de Projeto de Intervenção para melhoria da Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	Consulta Prévia	Concluído	18/04/2018	19/04/2018	22 290,00 €	GreenWorld, Lda.
9/04/2018	11/04/2018	2018/300.10.005/149	Consultoria Técnica no âmbito das ARU's	Ajuste Direto	Concluído	22/04/2018	07/05/2018	7 500,00 €	H. Land - Consultores em Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação e Ambiente, Lda.
0/04/2018	11/04/2018	2018/300.10.005/156	Certificado Digital True BusinessID Willdcard	Ajuste Direto	Concluído	22/05/2018	06/08/2018	699,00 €	Digitalsign - Certificadora Digital, S.A.
4/04/2018	27/04/2018	2018/850.10.600/1	Restaurante - Almoços	Ajuste Direto	Concluído	04/05/2018	----------	6 875,00 €	Quinta da Malafaia - Emp. Turist. Costa Verde, Lda.
3/05/2018	03/05/2018	2018/850.10.600/1	Serviços de Aluguer de Autocarros	Ajuste Direto	Concluído	04/05/2018	----------	5 103,00 €	Turexpresso - Viagens e Turismo, Lda.
3/05/2018	04/05/2018	2018/300.10.005/171	Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano e de Recintos de Diversão Aquática	Ajuste Direto	Concluído	22/05/2018	06/06/2018	7 699,74 €	A Logos - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos

0/04/2018	07/05/2018	2018/300.10.005/206	Serviço Móvel Terrestre (SMT)	Concurso Público	Concluído	29/05/2018	12/06/2018	17 577,60 €	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A
3/05/2018	15/05/2018	2018/300.10.005/209	Serviços de Consultoria e Gestão de Riscos e Seguros	Ajuste Direto	Concluído	23/05/2018	01/06/2018	8 900,00 €	Willis Corretores de Seguros, S. A.
9/05/2018	22/05/2018	2018/300.10.005/226	Serviços de Instalação de Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível na Rede Viária Municipal	Ajuste Direto	Concluído	20/06/2018	04/07/2018	195 000,00 €	Viaplanta - Sociedade de Limpezas e Ajardinamentos, Lda.
0/05/2018	29/05/2018	2018/300.10.005/238	Serviços de Assessoria Técnica Especializada na Área da Advocacia e Consultoria Jurídica	Ajuste Direto	Concluído	14/06/2018	20/06/2018	18 750,00 €	Fernanda Paula Oliveira, Lda.
9/06/2018	04/07/2018	2018/300.10.005/362	Manutenção/Suporte Técnico e Aquisição de Módulo Web	Ajuste Direto	Concluído	13/07/2018	01/08/2018	3 194,00 €	IDONIC, Lda.
9/06/2018	11/07/2018	2018/300.10.005/285	Renovação de Domínios Web	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
2/06/2018	09/07/2018	2018/300.10.005/344	Manutenção de Máquinas	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
0/07/2018	27/07/2018	2018/300.10.005/393	Elaboração de Projeto - Criação de uma Praça Nova - Redefinição da Rua Santa Maria Madalena e Rua Conselheiro Furtado dos Santos - 1.ª e 2.ª Fases	Ajuste Direto	Concluído	03/08/2018	16/08/2018	19 800,00 €	Momentos e Coordenadas - Consultoria, Lda.
0/07/2018	26/07/2018	2018/300.10.005/392	Elaboração de Projeto - Valorização do Centro da Vila - Redefinição da Rua do Mercado, Rua Prof. José Maria castelão e da Rua Colégio Vera Cruz	Ajuste Direto	Concluído	03/08/2018	16/08/2018	15 900,00 €	Momentos e Coordenadas - Consultoria, Lda.
5/07/2018	26/07/2018	2018/150.10.701/9	Aquisição dos Serviços de Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2018/2019	Concurso Público	Concluído	22/08/2018	13/09/2018	198 000,00 €	Turexpresso - Viagens e Turismo, Lda.
5/07/2018	27/07/2018	2018/300.10.005/409	Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Ajuste Direto - AQ	Concluído	05/09/2018	14/09/2018	119 481,60 €	ICA - Industria e Comércio Alimentar, S.A.
6/07/2018	27/07/2018	2018/300.10.005/419	Revisão de Projeto de Execução - Beneficiação de Parque de Campismo e Caravanismo e Centro de BTT	Consulta Prévia	Concluído	09/08/2018	16/08/2018	4 830,00 €	Biéffe - Forma e Função, Arquitectura, Lda.
7/08/2018	20/08/2018	2018/300.10.005/440	Aquisição dos Serviços de Museografia para a Renovação da Sala de Arqueologia do Museu	Consulta Prévia	Concluído	15/09/2018	20/09/2018	34 970,08 €	GLORY BOX - Gestão Integrada do Património Cultural, Lda.
7/08/2018	09/08/2018	2018/300.10.005/441	Aquisição de Serviços de Implementação de Circuito de Interpretação Patrimonial	Consulta Prévia	Concluído	21/08/2018	17/09/2018	46 857,00 €	Our Time, Our Story, Lda.
0/07/2018	09/08/2018	2018/300.10.001/16	Construção de Rampa de Acesso para Deficientes - Edifício Paços do Concelho	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
3/08/2018	09/08/2018	2018/300.10.005/431	Sistema de Geolocalização de Viaturas - GPS	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
3/08/2018	10/08/2018	2018/300.10.005/434	Fornecimento Contínuo de Agregados e Rachão	Consulta Prévia	Concluído	03/09/2018	17/09/2018	64 684,50 €	Construções JJR & Filhos, S.A.
3/08/2018	27/08/2018	2018/300.10.001/19	Execução de Muro de Vedação	Consulta Prévia	Concluído	15/09/2018	27/09/2018	35 227,00 €	Luís Filipe Teixeira Lopes
6/08/2018	27/08/2018	2018/300.10.005/458	Manutenção de Máquinas	Ajuste Direto	Concluído	15/09/2018	27/09/2018	19 800,00 €	Maquibatalha - Máquinas da Batalha, Lda.
7/08/2018	28/08/2018	2018/650.20.602/15	Mobiliário para a LASA	Ajuste Direto	Anulado	----------	----------	----------	----------
3/09/2018	14/09/2018	2018/300.10.005/502	Contratação de Artistas, Design & Multimédia e Som &Luz para o Evento Alvaiázere Capital do Chícharo	Consulta Prévia	Concluído	27/09/2018	02/10/2018	74 350,00 €	MALPEVENT - Consultadoria e Produção de Eventos, Lda.
5/09/2018	17/09/2018	2018/300.10.005/477	Terapeuta da Fala	Ajuste Direto	Concluído	25/09/2018	27/09/2018	16 605,00 €	Joana Sofia Nogueira Batista
7/09/2018	17/09/2018	2018/300.10.005/487	Unidade Móvel Biblioteca - Furgão	Ajuste Direto - AQ	Anulado	----------	----------	----------	----------